



**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

**ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO POPULAÇÃO,  
TERRITÓRIO E ESTATÍSTICAS PÚBLICAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Análise da evolução da pobreza no Nordeste rural do Brasil de 2004 a  
2018**

**Danilo Vieira da Cunha Salim**

Rio de Janeiro, RJ  
Março/2020



**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**  
**ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**Análise da evolução da pobreza no Nordeste rural do Brasil de 2004 a  
2018**

**Danilo Vieira da Cunha Salim**

Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em População,  
Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências  
Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como  
requisito parcial para obtenção do título de

**Mestre em População, Território e Estatísticas Públicas**

Rio de Janeiro, RJ  
Março/2020

Copyright  
por  
Danilo Vieira da Cunha Salim  
2020

S165a Salim, Danilo Vieira da Cunha

Análise da evolução da pobreza no Nordeste rural do Brasil de 2004 a 2018 / Danilo Vieira da Cunha. – Rio de Janeiro, 2020.

75 f.

Inclui referências e anexos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi.

Dissertação (Mestrado em População, Território e Estatísticas Públicas) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

1. Pobreza – Condições sociais – Brasil, Nordeste - Teses. 2. Pobreza – Condições econômicas – Indicadores sociais - Brasil, Nordeste - Teses. I. Jannuzzi, Paulo de Martino. II. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). III. IBGE. IV. Título.

CDU: 316. 344.23:308(812/813

**Elaborado por Antonio Sergio Loyola Polo – CRB7/5084**

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**  
**ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS**

**Danilo Vieira da Cunha Salim**

**Análise da evolução da pobreza no Nordeste rural do Brasil de 2004 a  
2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**Banca Examinadora:**

---

**Paulo de Martino Jannuzzi**  
Orientador - ENCE/IBGE

---

**César Augusto Marques da Silva**  
ENCE/IBGE

---

**Janine Mello**  
IPEA

**Rio de Janeiro, 29 de março de 2020**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a minha família por ter me proporcionado com todo o esforço a educação que tive ao longo da minha vida. Quando falo em educação me refiro a escolaridade e aos valores que me foram transmitidos com muito empenho pelos meus pais e meu irmão. Muito obrigado por me apoiar nos caminhos dessa jornada. Agradeço também a Isabel minha esposa que sempre me ajudou e estimulou para que eu seguisse meus objetivos.

Tenho enorme gratidão ao IBGE pela concessão da licença de afastamento para cursar Mestrado, ciente de que esse direito é praticamente inexistente fora do serviço público e aparenta ser um privilégio para os que trabalham na iniciativa privada. Sem a licença provavelmente eu não teria o mesmo rendimento no curso.

Muito obrigado a todos os servidores e professores da ENCE, tive uma excelente experiência de aprendizado por aqui. Também vale destacar que a infra estrutura da ENCE cumpre muito bem o atendimento das demandas dos alunos, fiquei surpreendido positivamente com a instituição.

Agradeço ao professor Jannuzzi por ter acolhido meu projeto de pesquisa, muito obrigado pela orientação e por sua solicitude sempre. Não passei em nenhum momento por dificuldades em não conseguir acessar e conversar com meu orientador e sou muito grato por isso. Também gostaria de agradecer ao servidor do IBGE Paulo Dick pela ajuda com a manipulação dos dados da PNAD, sua orientação foi determinante para a execução desse trabalho.

# RESUMO

## **Análise da evolução da pobreza no Nordeste rural do Brasil de 2004 a 2018**

Danilo Vieira da Cunha Salim

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, 2020

Orientador: Paulo de Martino Jannuzzi

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da pobreza no Nordeste rural de 2004 a 2018. Sustentamos a hipótese do aumento da incidência da pobreza no país verificado a partir de 2015. Nosso estudo tratará a pobreza em seu aspecto multidimensional. A pobreza rural manifesta vulnerabilidades específicas para além da carência financeira, por isso o enfoque multidimensional da pobreza torna-se fundamental para a compreensão da manifestação de tal fenômeno nas áreas rurais. Para tanto iremos utilizar indicadores monetários e de condições de vida – (i) renda mensal domiciliar per capita, (ii) acesso a água, (iii) segurança alimentar e (iv) tipo de combustível utilizado no fogão - a fim de avaliar a evolução da pobreza da população rural do Nordeste brasileiro de 2004 a 2018. Historicamente o Nordeste rural possui o maior contingente dos pobres rurais do país. A região Nordeste também desponta como a que possui a maior taxa de brasileiros pobres. A metodologia adotada no trabalho consiste na elaboração de estatísticas descritivas para construção de indicadores de pobreza a partir da análise dos microdados de domicílios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2013 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) dos anos de 2017 e 2018. Foi observado expressiva queda da renda real domiciliar *per capita* da população mais pobre do Nordeste Rural de 2013 a 2018, subvertendo o padrão de aumento real da renda deste segmento populacional que vinha ocorrendo de 2004 a 2013. Os indicadores de segurança alimentar e acesso à água apresentaram significativas melhorias nas condições de vida da população mais pobre do Nordeste rural durante o período analisado. O tipo de combustível utilizado no fogão teve sua comparabilidade comprometida devido a interrupção de sua série histórica, entretanto de 2004 a 2013 houve aumento da utilização do gás entre a população mais pobre do Nordeste rural.

**Palavras-chave:** Pobreza. Indicadores de pobreza. Nordeste. Nordeste rural.

## ABSTRACT

### **Analysis of the evolution of poverty in rural northeast Brazil from 2004 to 2018**

Danilo Vieira da Cunha Salim

Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, 2020

Advisor: Paulo de Martino Jannuzzi

This research aims to analyze the evolution of poverty in the rural Northeast from 2004 to 2018. We have the hypothesis of an increase in the incidence of poverty in the country since 2015. Our study will deal the poverty in its multidimensional aspect. Rural poverty manifests specific vulnerabilities beyond the lack of income, which is why the multidimensional approach to poverty becomes essential for understanding the manifestation of such phenomenon in rural areas. For this purpose, we will use monetary and living conditions indicators - (i) per capita monthly household income, (ii) access to water, (iii) food security and (iv) type of fuel used in the stove - in order to significant dropevaluate the poverty of the rural population of the Brazilian Northeast from 2004 to 2018. Historically, the rural Northeast has the largest contingent of the rural poor in the country. The Northeast region also have the highest rate of poor Brazilians. The methodology adopted in the work consists of the elaboration of descriptive statistics for the construction of poverty indicators based on the analysis of household microdata from the National Household Sample Survey (PNAD) of the years 2004, 2009 and 2013 and from the National Survey by Sample of Households. Continuous Households (PNAD-C) for the years 2017 and 2018. A significant drop in real household income per capita of the poorest population in the Northeast Rural from 2013 to 2018 was observed, subverting the pattern of real increase in income of this population segment that had been occurring from 2004 to 2013. The indicators of food security and access to water showed significant improvements in the living conditions of the poorest population in the rural Northeast during the period analyzed. The type of fuel used in the stove had its comparability compromised due to the interruption of its historical series, however from 2004 to 2013 there was an increase in the use of gas among the poorest population of the rural Northeast.

**Keywords:** Poverty. Poverty indicators. Northeast. Rural Northeast.

## SUMÁRIO

Lista de Gráficos .....	x
Lista de Ilustrações .....	xi
Lista de Tabelas .....	xxii
Lista de Quadros .....	.xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas .....	xiv
Introdução .....	1
Capítulo 1: Evolução da pobreza no Brasil do século XXI.....	6
1.1. Noções sobre o urbano e rural .....	6
1.2. Características da pobreza e da pobreza rural no Brasil .....	13
1.3. Pobreza e fome no Nordeste rural e estratégias de superação da pobreza..	22
Capítulo 2: Indicadores da Pobreza: uma discussão conceitual.....	34
2.1. Metodologia e fontes de dados.....	34
2.2. Indicadores utilizados .....	37
Capítulo 3: Evolução da pobreza no Nordeste Rural.....	44
3.1 Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> .....	44
3.2 Acesso à água.....	51
3.3 Tipo de combustível utilizado no fogão.....	53
3.4 Segurança alimentar.....	59
Considerações finais.....	65
Referências.....	68
Anexo A – Código R para Leitura da PNAD.....	72
Anexo B – Código R para Leitura da PNAD-C.....	74
Anexo C – Erro padrão das estimativas.....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1: Prevalência de anemia entre mulheres em idade reprodutiva no Brasil.....	28
Gráfico 3.1: Variação real do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (em %): Brasil 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 -2018.....	48
Gráfico 3.2: Variação real do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (em %): Nordeste 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 -2018.....	49
Gráfico 3.3: Variação real do rendimento médio domiciliar <i>per capita</i> (em %): Nordeste Rural 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 -2018.....	50
Gráfico 3.4: Variação real do salário mínimo (em %): Brasil 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 - 2018.....	51
Gráfico 3.5: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): Brasil 2004 - 2013.....	54
Gráfico 3.6: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): Nordeste 2004 - 2013.....	55
Gráfico 3.7: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): Nordeste rural 2004 - 2013.....	56
Gráfico 3.8: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): 20% dos domicílios mais pobres Nordeste Rural 2004 - 2013.....	57
Gráfico 3.9: Domicílio por tipo de condição de uso do gás no ano de 2018 (em %) .....	58
Gráfico 3.10 - Domicílios por tipo de condição de uso de lenha ou carvão na preparação de alimentos no ano de 2018 (em %) .....	59
Gráfico 3.11: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): Brasil 2004 -2013.....	60
Gráfico 3.12: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): Nordeste 2004 - 2013.....	61
Gráfico 3.13: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): Nordeste rural 2004 - 2013.....	62
Gráfico 3.14: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): 20% dos domicílios mais pobres Nordeste Rural 2004 - 2013.....	64

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1.1: Imagem de satélite configurada em falsa cor, município de Luís Eduardo Magalhães (BA) no ano 2010.....	9
Ilustração 2.1: Mapa do semiárido brasileiro.....	24

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: Rendimento médio domiciliar per capita por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural – 2004.....	45
Tabela 3.2: Rendimento médio domiciliar per capita por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural – 2009.....	46
Tabela 3.3: Rendimento médio domiciliar per capita por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural – 2013.....	46
Tabela 3.4: Rendimento médio domiciliar per capita por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural – 2018.....	47
Tabela 3.5: Forma de abastecimento de água dos domicílios (em %): Nordeste rural 2004 – 2017.....	52
Tabela A.1: Erro padrão das estimativas (em %): Brasil, Nordeste, Nordeste rural e Domicílios do primeiro quintil de renda do Nordeste rural de 2004 a 2018.....	75

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1: Determinantes ou perpetuadores da pobreza rural.....	18
Quadro 2.1: Propriedades desejáveis dos indicadores sociais.....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APT: Programa Água Para Todos  
BPC: Benefício de Prestação Continuada  
BSM: Plano Brasil Sem Miséria  
CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
EBIA: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar  
FAO: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor  
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano  
ITR: Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural  
LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social  
ONG: Organização Não Governamental  
PBF: Programa Bolsa Família  
PNAD: Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios  
PNAD-C: Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua  
POF: Pesquisa de Orçamento Familiar  
SAN: Segurança Alimentar e Nutricional  
SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## INTRODUÇÃO

A pobreza rural se distingue da pobreza urbana em razão da manifestação de vulnerabilidades específicas. Diversos indicadores corroboram a situação vulnerável dos pobres rurais. Verificamos no Brasil rural maiores índices de trabalho infantil, analfabetismo e insegurança alimentar; combinado com menores rendimentos domiciliar per capita e menores taxas de acesso a água canalizada. O meio rural brasileiro possui cobertura de serviços básicos mais precária em comparação ao urbano. Nesse sentido, os pobres rurais possuem mais dificuldades para lidar com os desafios da pobreza. Ignorar as demandas da população pobre rural é ser indiferente aos problemas desse segmento no que tange as suas condições de vida. Tal comportamento contribui para reduzir nosso patamar civilizatório de sociedade.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 25% da população rural vivia em situação de extrema pobreza, enquanto no meio urbano o percentual era próximo de 5% (MELLO, 2018). Esta estatística revela uma realidade bastante discrepante no âmbito das condições de vida das populações urbanas e rurais. Segundo Mello (2018), em 2015 o Nordeste concentrava 65% do total do contingente rural de baixa renda<sup>1</sup> do país. Nesse sentido, estudos sobre a pobreza rural merecem especial atenção para tal região.

O Brasil passou por significativas mudanças sociais no período de 2004 a 2014, as quais decorrem do aumento da cobertura de políticas públicas. Durante o referido período todos os segmentos populacionais obtiveram ganhos significativos de renda, entretanto os aumentos reais foram maiores quanto menores eram os níveis de renda (JANNUZZI e FONSECA, 2017). Tal melhoria do padrão de vida e redução das desigualdades não se deu por consequência natural das forças de mercado, este

---

<sup>1</sup> População rural de baixa renda para Mello (2018): População com até meio salário mínimo *per capita*, inscrita no Cadastro Único em 2011 e 2015, identificada como público da Agricultura Familiar ou Reforma Agrária e que tenha recebido algumas das políticas do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria.

processo foi resultado de um esforço direcionado do Estado através das políticas públicas sociais desenhadas e ajustadas ao longo de vários anos para esse fim (JANNUZZI e FONSECA, 2017). É preciso ressaltar que também houve aumento real da renda de todos os segmentos sociais no período de 1992 a 2003, porém de 2004 a 2013 a variação positiva da renda real foi muito superior a registrada na década anterior (JANNUZZI e FONSECA, 2017).

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da pobreza no Nordeste rural de 2004 a 2018. Sustentamos a hipótese do aumento da incidência da pobreza no país verificado a partir de 2015, associada a conjuntura política e econômica brasileira. Para tanto iremos utilizar indicadores monetários e de condições de vida – (i) renda mensal domiciliar per capita, (ii) acesso a água, (iii) segurança alimentar e (iv) tipo de combustível utilizado no fogão - a fim de avaliar a evolução da pobreza da população rural do Nordeste brasileiro de 2004 a 2018. Nosso foco da pesquisa é a investigação das condições de vida dos pobres do Nordeste rural, que historicamente compõem o maior contingente dos pobres rurais do país. A região Nordeste também desponta como a que possui a maior taxa de brasileiros pobres.

Não pretendemos, porém, trabalhar com as linhas de extrema pobreza e pobreza. Investigaremos a pobreza enquanto quadro de carências diversas, analisando os indicadores de segurança alimentar para o período de 2004 a 2013, acesso à água de 2004 a 2017, e renda domiciliar mensal *per capita* e tipo de combustível utilizado no fogão para o período de 2004 a 2018. Partimos da premissa de que quanto menor a renda maior é a associação da mesma a outros tipos de privação. De modo que a pobreza monetária será analisada através da perspectiva relativa que possui na distribuição de renda domiciliar per capita. Temos como estratégia de análise avaliar os resultados para Brasil, Nordeste, Nordeste rural e primeiro quintil de renda domiciliar mensal *per capita* do Nordeste rural.

A metodologia do presente trabalho consiste na elaboração de estatísticas descritivas para construir indicadores de pobreza a partir da análise dos microdados de

domicílios da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004, 2009 e 2013 e da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) dos anos de 2017 e 2018. Ambas são pesquisas amostrais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm como base de investigação o domicílio, permitem a produção de resultados a nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. As investigações da PNAD “sobre segurança alimentar e acesso a programas sociais foram decisivas para a legitimação e aprimoramento da estratégia de combate à fome e a pobreza dos anos 2000 a 2015” (JANNUZZI, 2017, p. 55).

Utilizamos o recorte temporal pós 2004 no intuito de analisar a tendência recente da evolução da pobreza. O ano de 2004 é também um marco na política social brasileira por ser o primeiro ano após a instituição do Programa Bolsa Família (PBF), e por isso merece especial atenção para periodização de estudos sobre a pobreza. O PBF “unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes” (PAIVA, FALCÃO e BARTHOLO) e segue atuando desde sua implementação como o principal programa de transferência de renda e de combate à pobreza e extrema pobreza no país.

As políticas públicas do plano Brasil Sem Miséria (BSM) - 2011 a 2015 - contribuíram para a variação positiva na renda da população do Nordeste rural. Centrada numa perspectiva multidimensional da pobreza tal programa constitui uma nova fase das políticas de desenvolvimento social no Brasil, o BSM apresentava como principal preocupação o aumento das capacidades e oportunidades do grupo socialmente mais vulnerável (MELLO, 2018).

A redução da pobreza depende, em primeira instância, da interrupção na dinâmica de reprodução da pobreza. O acesso precário a serviços básicos compromete profundamente a mobilidade social dos indivíduos, o direito à vida digna e cidadã para todos deve ser premissa da sociedade. A continuidade das políticas públicas direcionadas para a população de baixa renda do meio rural é de suma importância para garantir as necessárias melhorias nas condições de bem-estar desse contingente. Apesar

dos inegáveis avanços na redução da pobreza nas últimas décadas, é preciso ressaltar que a diminuição da mesma apresenta comportamento menos acentuado nas áreas rurais, em comparação as áreas urbanas. A necessidade de encarar a pobreza rural como uma questão específica no planejamento é um imperativo (MELLO, 2018).

A dissertação está estruturada em cinco partes: (i) introdução, (ii) capítulo 1 – evolução da pobreza no Brasil do século XXI -, (iii) capítulo 2 – indicadores da pobreza: uma discussão conceitual -, (iv) capítulo 3 – evolução da pobreza no Nordeste rural – e (v) considerações finais.

O capítulo 1 é dividido em três seções: (i) noções sobre o urbano e rural – onde abordaremos uma discussão conceitual sobre as noções de rural e urbano buscando explicitar as limitações inerentes a natureza do dado utilizado; (ii) características da pobreza e da pobreza rural no Brasil – na qual tratamos das concepções de pobreza utilizada na presente pesquisa, os determinantes e perpetuadores da pobreza e os traços mais marcantes da pobreza e da pobreza rural no Brasil; e (iii) pobreza e fome no Nordeste rural e estratégias de superação da pobreza – no qual é dedicada ênfase a questão da fome no Nordeste rural, por compreendemos que esta se constitui como uma das manifestações mais graves da pobreza, em seguida comentamos sobre as estratégias de superação da pobreza na última década no Brasil. O foco da investigação é o entendimento que se tem sobre a pobreza e suas manifestações no meio rural.

O capítulo 2 está estruturado em duas seções. Na primeira parte discutiremos questões metodológicas e apresentaremos as bases de dados utilizadas na pesquisa. Na segunda parte nos dedicaremos a justificar a escolha dos indicadores utilizados para mensurar a pobreza no trabalho, buscando demonstrar as potencialidades e limitações dos referidos indicadores.

O capítulo 3 possui quatro seções, sendo uma para cada indicador analisado: (i) renda mensal domiciliar per capita, (ii) acesso a água, (iii) segurança alimentar e (iv) tipo de combustível utilizado no fogão. Por último, nas considerações finais buscamos

explicitar a relevância da contribuição da presente pesquisa e comentar a indissociabilidade entre estatísticas oficiais e políticas públicas.

## **CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

O presente capítulo está estruturado em três seções: (i) noções sobre o urbano e rural – onde abordaremos uma discussão conceitual sobre as noções de rural e urbano buscando explicitar as limitações inerentes a natureza do dado utilizado; (ii) características da pobreza e da pobreza rural no Brasil – na qual tratamos das concepções de pobreza utilizada na presente pesquisa, os determinantes e perpetuadores da pobreza e os traços mais marcantes da pobreza e da pobreza rural no Brasil; e (iii) pobreza e fome no Nordeste rural e estratégias de superação da pobreza – no qual é dedicada ênfase a questão da fome no Nordeste rural, por compreendemos que esta se constitui como uma das manifestações mais graves da pobreza, em seguida comentamos sobre as estratégias de superação da pobreza na última década no Brasil. O foco da investigação é o entendimento que se tem sobre a pobreza e suas manifestações no meio rural.

### **1.1. Noções sobre o urbano e rural**

O adjetivo pobre denota, fundamentalmente, a carência de algo. Quando dizemos que um solo é pobre é porque o mesmo apresenta deficiências de determinados nutrientes. Já ao falarmos de uma alimentação pobre, queremos expressar que se trata de uma dieta pouco diversa em alimentos. Nesse sentido, podemos entender que pobres são aqueles que necessitam muito de algo. A pobreza, por sua vez, expressa uma necessidade não satisfeita por completo.

A pobreza rural, objeto de estudo da presente pesquisa, é entendida aqui como a situação de pobreza dos domicílios situados nas localidades definidas pela municipalidade como área rural. No Brasil é o ente municipal quem define o que é considerado área rural e urbana sob sua jurisdição. Existe uma ampla discussão

conceitual sobre o que define a ruralidade e a urbanidade nos dias de hoje, a qual não nos aprofundaremos. Porém, como utilizaremos dados secundários coletados por pesquisas domiciliares que utilizam as categorias rural e urbano em conformidade com a delimitação territorial oriunda do ente municipal, adotaremos tal concepção de urbano e rural. De acordo com Mello (2018), a limitação dessa definição de rural reside no fato de sua incapacidade em considerar as profundas transformações que alteraram as relações entre urbano e rural nas últimas décadas. Ainda segundo a autora, a expansão das atividades não agrícolas e a pluriatividade marcam as atividades produtivas do campo brasileiro a partir da década de 1990.

Tais profundas alterações no meio rural que tem havido nas últimas décadas estão associadas ao fenômeno que Sandra Lencioni (2013) chama de metropolização do espaço. Para a autora, atualmente o rural e o urbano não mais apresentam aquela clara dicotomia que havia no passado. Com a intensificação da capitalização do campo, a diversificação das atividades produtivas (não mais restritas a atividades agrícolas) e o aumento no fluxo de transportes e comunicações, os mundos rural e urbano se aproximaram. Além disso, é importante ressaltar que há uma enorme difusão da cultura e dos valores urbanos (LENCIONI, 2013). Para Lefebvre (1970, p. 15): “o tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”. Na obra de Henri Lefebvre (1970) o termo tecido urbano significa o conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Apesar de Lefebvre usar a terminologia urbanização e Lencioni metropolização, ambos fazem referência ao mesmo processo espacial. A metropolização do espaço se constitui num processo que metamorfoseia o território, tal processo é imanente a globalização (LENCIONI, 2013). Ainda de acordo com a autora, a globalização faz com que o mundo se constitua num único espaço social, regido por uma dinâmica de aumento das relações capitalistas em escala global (LENCIONI, 2013).

O espaço metropolizado não é exclusivo da metrópole e nem se configura nas fronteiras de uma região metropolitana. (...) O que a paisagem revela, de fato, são mosaicos de espaços metropolizados confundidos com o de espaços ainda não metropolizados e na medida em que vai se distanciando das áreas

de maior densidade de pessoas, mercadorias e fluxos, os espaços não metropolizados vão se impondo aos metropolizados (LENCIONI, 2013, p. 19).

Sob esse contexto de globalização das trocas comerciais e metropolização do espaço, verificamos a penetração das relações capitalistas de produção em espaços que até pouco tempo não estavam conectados aos circuitos globais do capital. No Brasil, há uma recente expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados do Nordeste e do Tocantins. Tal inserção no mercado global promove significativas alterações espaciais. Verifica-se nos dias de hoje, nas referidas porções de Cerrado, a produção de um espaço altamente instrumentalizado, voltado para atender o comércio de commodities internacional. O Cerrado brasileiro insere-se nos circuitos econômicos globais em condição subalterna, de periferia do mundo, reforçando a característica que acompanha o Brasil desde os tempos de colônia, a de um país marcado pela função agrário exportadora. Em uma análise sobre a economia agro exportadora da passagem do século XIX para o XX, Oliveira (1977 apud Ferreira, 2005, p. 4) diz que: “a produção foi fundada para a exportação”, em nosso país.

A Ilustração 1.1 apresenta o município de Luís Eduardo Magalhães (BA) no ano de 2010. A referida imagem é do satélite Landsat 5, foi configurada a visualização em falsa cor para observar melhor o contraste entre os objetos. Ao centro da imagem está a porção urbana do município, densamente ocupada e com arruamento visível. É possível identificar a presença de cultivos em forma de círculo, típico de uma agricultura mecanizada, que utiliza maquinário para irrigação. Luís Eduardo Magalhães é considerado um município sede do agronegócio e apresentou expressivo crescimento demográfico na última década.

Ilustração 1.1: Imagem de satélite configurada em falsa cor, município de Luís Eduardo Magalhães (BA) no ano 2010



Fonte: INPE, Satélite Landsat 5.

A dinâmica socioeconômica e espacial da agricultura de grande porte, influenciada pelo processo de globalização, é marcada por uma agricultura com cada vez menos agricultores. A mecanização das lavouras tem como principal característica a diminuição, e em alguns casos até supressão, da demanda de mão de obra humana (BÜHLER e OLIVEIRA, 2016). O meio técnico científico informacional, denotado por Santos (1996), se faz presente na prática agrícola nos Cerrados Nordestinos.

De acordo com Lahsen, Bustamente e Dalla-Nora (2014), a agricultura mecanizada desenvolvida nos cerrados brasileiros emprega relativamente um baixo contingente de pessoal, além de concentrar os lucros nas mãos de um seletivo grupo de atores do mercado. Ainda de acordo com as autoras, a concentração fundiária no país é bastante elevada, estima-se que 52,6% das áreas agricultáveis brasileiras são propriedade de 1,5% do total de proprietários rurais existentes no Brasil.

Tal tipo de agricultura que vige em algumas localidades do Nordeste na atualidade tem uma lógica semelhante da mesma praticada no Brasil Colônia, uma produção que atende fundamentalmente o mercado externo, regida por interesses

alheios ao da população local. No início do século XX a industrialização passa a redefinir o que é o urbano no Brasil. A partir de então, o espaço urbano passa a ser a sede do aparelho produtivo da indústria, dos aparelhos burocráticos do Estado e do capital comercial (OLIVEIRA, 1982). No período pré industrial as cidades brasileiras assumiam outras funções. O caráter de sede do capital comercial em uma economia agro exportadora foi a marca principal das cidades do Brasil Colônia. Tal tipologia urbana se difere das cidades européias do mesmo período histórico, já que na Europa as cidades detinham a existência de um mercado de trabalho. No Brasil, a escravidão vigente na época no Brasil não permitia a formação de mercado de trabalho, o que influenciou de modo constitutivo a pobreza da urbanização no país e da polarização em torno de poucas cidades (OLIVEIRA, 1982). É a atividade industrial que vai redefinir o caráter da urbanização brasileira e da relação cidade campo (OLIVEIRA, 1982).

Os anos 1980 situam o início de uma transformação nas dinâmicas econômica, social e demográfica no Brasil, as quais tiveram rebatimento sobre a redistribuição espacial do população e a urbanização. Como característica principal desse movimento temos a interrupção do caráter concentrador, que representou durante décadas o traço mais marcante da dinâmica demográfica brasileira (CUNHA, 2003). Tal fenômeno está associado a desconcentração das atividades produtivas, para Santos (1993) esse movimento compreende a ampliação das formas urbanas de vida, o espaço rural torna-se paulatinamente cada vez mais modernizado, e sua população urbanizada. Santos (1993) utiliza o conceito de desmetropolização para retratar o decréscimo relativo das regiões metropolitanas em comparação às cidades médias, característica marcante da urbanização brasileira a partir da década de 1980. A metrópole não deixou de crescer, porém passou a crescer em taxas mais baixas. O decréscimo relativo explicitado por Santos (1993) denota que durante esse período as cidades médias cresceram em taxas superiores às metrópoles.

A delimitação das áreas rurais e urbanas tem influência direta na arrecadação dos municípios. Do ponto de vista tributário as áreas urbanas incrementam a receita do

ente municipal. Nesse sentido podemos dizer que é financeiramente positivo para um município aumentar sua área categorizada como urbana. São as prefeituras que arrecadam o imposto predial e territorial urbano (IPTU), devido pelas propriedades situados em áreas urbanas. Na grande maioria dos casos o IPTU é mais caro do que seria devido pelo mesmo imóvel de imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), caso o mesmo fosse situado em localidade rural. Nas palavras de Raquel Rolnik (2006), a Constituição de 1988 acarretou um relevante aumento do poder municipal em relação aos demais entes federativos:

Do ponto de vista federativo, os anos 1990 representaram um movimento de descentralização na direção do poder local. (...) O arranjo institucional e tributário decorrente da Constituição Federal de 1988 significou uma transferência real de renda e poder para os municípios. (...) Com a Constituição de 1988 houve também uma maior facilidade para que se criassem novos municípios. (...) Em 50 anos, de 1940 a 1992, foram criados 2912 municípios, (...) provocando em curto período de tempo, importantes transformações na geografia político-administrativa brasileira. A maior parte dos municípios criados vive basicamente de transferências, seja de Fundos de Participação, seja das transferências obrigatórias, existentes nos campos da educação, saúde e assistência social, seja por meio das transferências voluntárias, os repasses de recursos do Orçamento da União mediante convênios (ROLNIK, 2006, p. 202).

Há uma grande discussão sobre a urbanização brasileira, especialmente sobre a forma como são classificados os assentamentos humanos pelos órgãos oficiais de estatística. A definição de rural e urbano no Brasil é estritamente normativa, atendendo a intencionalidades muito mais administrativas do que considerações efetivas sobre as funções dos territórios. Nesse sentido, os dados oficiais apresentam uma limitação metodológica na caracterização do rural brasileiro, isto ocorre porque há uma anomalia na natureza do dado coletado (CUNHA, 2003). Para Veiga (2002 *apud* CUNHA, 2003) o rural brasileiro é muito maior do que o apresentado pelos dados oficiais do IBGE, tal subestimação ocorre em razão da definição do urbano utilizada. Toda sede municipal em nosso país é considerada área urbana, independente de suas características estruturais e funcionais (CUNHA, 2003). Com base nessas afirmações, podemos dizer que os dados oficiais apresentam uma superestimação do que é urbano no Brasil, em

detrimento da subestimação do rural. Para Del Grossi e Graziano da Silva (2002, p. 1): “o rural é definido como uma categoria residual, as áreas urbanas (territórios) são sempre maiores a cada censo”.

Todavia, por mais que determinada área tenha mudado sua condição normativa de situação de domicílio, é somente a partir do Censo Demográfico subsequente que essa categoria será incorporada pelas pesquisas domiciliares do IBGE. Significa dizer que independente de um município ter reclassificado uma área como rural ou urbana, a mesma permanecerá com a condição de situação de domicílio utilizada no Censo anterior durante todo o período intercensitário nas pesquisas domiciliares do IBGE (DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 2002). Sendo assim, há uma defasagem de ordem técnica nas PNAD e PNAD-C na atualização dessas informações, é somente no Censo que os setores serão reclassificados com base nas normativas mais recentes. Nesse sentido, as estatísticas por situação de domicílio não captam sua evolução integralmente, e as diferenças tendem a se intensificar à medida que se distancia do ano do Censo de referência para a classificação dos domicílios.

Se formos rigorosos ao comparar os dados agregados de rural e urbano dos vários censos, teríamos que desagregar sempre a população das áreas urbanas em, pelo menos, dois subconjuntos: aquela que realmente emigrou de áreas rurais para urbanas; e aquela fração que, sem sair da área rural onde morava, foi “urbanizada” pela mudança de classificação do seu setor censitário entre um censo e outro de rural para urbano (DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 2002 p. 1).

Iniciamos o capítulo com essa reflexão conceitual no intuito de expor as limitações metodológicas acerca dos dados que serão utilizados na presente pesquisa. É de suma importância que o pesquisador conheça os conceitos estruturantes dos dados que utiliza, para que assim tenha ciência das dimensões possíveis de utilização dos mesmos. Diante do exposto, há indícios de uma subestimação do rural brasileiro, tendo em vista de que muitas áreas com características e funções agrárias são classificadas pelos municípios como urbanas. Alternativamente, existe também uma superestimação do urbano nas grandes cidades (CUNHA, 2003). No município do Rio de Janeiro, por

exemplo, todo o território municipal é classificado como urbano, mesmo não apresentando em sua totalidade territorial funções tipicamente urbanas. No caso da capital fluminense temos bairros da zona oeste do município com funções e características rurais, que por sua vez são categorizados como áreas urbanas.

## **1.2. Características da pobreza e da pobreza rural no Brasil**

De acordo com Rocha (2011), a década de 1970 é marcada pelo reconhecimento por parte de acadêmicos e de instituições voltadas para o financiamento do desenvolvimento, de que o crescimento econômico não era suficiente para sanar as questões relativas às desigualdades sociais e a pobreza. Entretanto, é preciso ressaltar que a pobreza é um fenômeno complexo, que pode ser definido de forma mais sucinta como a situação em que as necessidades não são realizadas plenamente (ROCHA, 2011). Segundo Rocha (2011), é preciso definir o conceito de pobreza a ser analisado para posteriormente adotar os indicadores adequados para a mensuração de uma realidade social específica. “Não há uma abordagem conceitual ou medida necessariamente melhor, mais válida ou consensualmente reconhecida como mais legítima para mensurar a pobreza” (JANNUZZI, 2017, p. 119).

Nas economias modernas e monetizadas é comum que a pobreza seja mensurada a partir da variável renda: se estabelece um montante necessário de renda para o custeio das necessidades de reprodução social do indivíduo, e os pobres passam a ser os que possuem renda inferior a essa linha delimitada (ROCHA, 2011). Nessa concepção, é caracterizada como indigente a população que não possui renda suficiente para comprar uma cesta básica de alimentos. Na prática as noções de linha de pobreza e linha de indigência tem diversos problemas operacionais, do ponto de vista nutricional a linha de indigência pressupõe a existência de uma cesta básica de alimentos com determinada composição e preço, porém não existe uma única solução possível para a satisfação das demandas nutricionais universais (ROCHA, 2011).

O que converge é a ideia de que a pobreza possui um caráter econômico e um caráter social. O caráter econômico da pobreza está relacionado à condição material, ao fato de o indivíduo ser ou não capaz de prover seu próprio sustento. Nesse sentido, pode ser medido fundamentalmente por meio da renda do indivíduo ou da família, o que, por sua vez, guarda estreita relação com mercados locais e oportunidades de acesso ao trabalho. Já o caráter social está relacionado à posição dentro de uma estrutura social, ou seja, a uma série de fatores que vão desde poder aquisitivo até a origem familiar e o estilo de vida (PINTO, MELO e SARDINHA, 2016, p. 57).

“Quanto mais se generaliza o acesso aos bens e serviços públicos, maior é o papel desempenhado pela renda como elemento diferenciador do nível de bem-estar” (ROCHA, 2002, p. 1). Em contrapartida, o acesso precário a bens e serviços públicos também deve ser interpretado como uma *proxy* da pobreza. A mensuração da pobreza através da renda desconsidera a autoprodução e outros consumos não monetários, tal métrica concede ênfase a integração do indivíduo no mercado via compra como parâmetro para definição da pobreza. Quando uma parte considerável das necessidades não é atendida pela transação de mercado, a renda torna-se um critério inadequado para a definição da população pobre (ROCHA, 2011). O Banco Mundial utiliza um padrão internacional para avaliar a pobreza absoluta nos países em desenvolvimento através da métrica monetária, tal medida foi construída baseada nas linhas nacionais de pobreza dos países com os menores níveis de renda *per capita*. Tal padrão é conhecido como a medida de 1 US\$ PPA<sup>2</sup> (FERES e VILLATORO, 2013). No Brasil foi fixado em 2011 a linha de extrema pobreza para os indivíduos que possuíam renda mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, e a linha de pobreza para os indivíduos que possuíam renda mensal domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00. Em 2018 houve uma atualização das linhas de extrema pobreza e pobreza, passando para R\$ 145,00 e R\$ 420,00, respectivamente.

Compartilhamos do conceito de pobreza abordado por Sen (2000), que compreende a mesma como o fenômeno de privação das capacidades básicas humanas. Tal noção não nega a concepção de que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza, uma vez que a escassez de recursos monetários influi diretamente na privação das capacidades de uma pessoa. Nas palavras de Sen (2000, p. 109): “uma renda

---

<sup>2</sup> Paridade de Poder aquisitivo.

inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre”. O autor argumenta que o aumento das capacidades humanas tende a estar correlacionado com o crescimento das produtividades e do poder de auferir renda. Nesse sentido, o aumento das capacidades ajuda, de maneira direta e indireta, o potencial humano em gerar riqueza e diminuir os efeitos das privações (SEN, 2010). Ainda segundo Sen (2010 p. 10) “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente”.

De acordo com Jannuzzi (2017), desde meados da década de 1980 os estudos e indicadores de pobreza, indigência e exclusão social ganharam foco nas pesquisas na área de políticas sociais. Ainda segundo o autor, desde então essa temática passa a adquirir destaque no debate social com os estudos sobre distribuição de renda e estruturação do mercado de trabalho (JANNUZZI, 2017). Com o intuito de captar as mudanças ocorridas nas condições de vida da população pobre do Nordeste rural de 2004 a 2018, para além do aspecto monetário, optamos por utilizar indicadores monetários e não monetários de dimensionamento da pobreza no presente trabalho. Trabalharemos fundamentalmente com quatro indicadores: (i) renda mensal domiciliar per capita, (ii) acesso a água, (iii) segurança alimentar e (iv) tipo de combustível utilizado no fogão

Nossa investigação tratará a pobreza em seu aspecto multidimensional. A pobreza rural manifesta vulnerabilidades específicas para além da carência financeira, por isso o enfoque multidimensional da pobreza torna-se fundamental para a compreensão da manifestação de tal fenômeno nas áreas rurais. A perspectiva da multidimensionalidade da pobreza tem sua origem através da combinação da situação de privação de meios econômicos e restrição (ou inclusão precária) de acesso a serviços sociais básicos a uma vida digna e cidadã, segundo padrões aceitos por uma sociedade em determinado momento histórico (JANNUZZI, 2017).

Janine Mello (2018) traz uma importante contribuição para o entendimento da realidade da pobreza rural no Brasil na última década. Para Mello (2018) é necessário

compreender a pobreza para além da definição de falta de recursos monetários. Ainda de acordo com a autora, políticas públicas que pretendam alcançar resultados consistentes no médio e longo prazo na redução da pobreza devem considerar as demais dimensões de carência que afetam os pobres, não apenas a carência financeira. Mello (2018) enfatiza a necessidade da abordagem multidimensional para a compreensão do fenômeno da pobreza. A autora destaca alguns elementos constituintes da situação de pobreza, tais como: (i) a insegurança alimentar, (ii) o acesso precário a água e esgotamento sanitário, (iii) as altas taxas de mortalidade, (iv) os menores níveis de escolarização, (v) a informalidade, dentre outros (MELLO, 2018).

O acelerado e intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil a partir da década de 1950, aliado a falta de planejamento e expressiva concentração das atividades produtivas em áreas urbanas contribuiu para aumentar as desigualdades regionais e sociais. O aumento da migração campo cidade fez ampliar significativamente parcela da população submetida a condições precária de vida nas periferias dos centros urbanos. Tais fenômenos perpetuaram a distância entre os mundos rural e urbano em relação as oportunidades no mercado de trabalho e acesso a serviços e renda (MELLO, 2018). Ainda de acordo com a autora, não é possível ter expectativas de melhora do quadro da pobreza no Brasil se as políticas públicas forem direcionadas apenas para uma parte do problema, é preciso levar em conta as complexas interligações existentes entre o rural e o urbano e os determinantes da reprodução da pobreza (MELLO, 2018).

Sobre as características da pobreza rural no Brasil da última década, Mello (2018) comenta que existe uma forte correlação entre propriedades de áreas pequenas e a proporção de dependência de seus moradores em relação ao que produzem. Tal situação denota maior vulnerabilidade da situação de segurança alimentar das famílias. A alta taxa de pessoal ocupado na produção para o autoconsumo (18,5%), como atividade principal nos domicílios em situação de extrema pobreza indica a relevância que o autoconsumo possui para a manutenção da segurança alimentar dessas famílias (MELLO, 2018).

Podemos dizer que a fome constitui uma das mais graves privações a que um indivíduo pode estar submetido. A privação de renda, por sua vez, pode fazer uma pessoa passar fome, mesmo havendo alimento em abundância a sua volta. Por outro lado, mesmo em situações de escassez de alimentos podem ser tomadas medidas para garantir que a população não passe fome, com uma melhor divisão dos recursos alimentares - compartilhamento mais equitativo do estoque. O fenômeno da pobreza é caracterizado por um amplo espectro de privações, não se limitando a carência monetária (SEN, 2010).

São diversas as variáveis que atuam como determinantes ou perpetuadores da pobreza. Ao analisar a pobreza rural Janine Mello (2018) propõe três eixos de investigação, os quais agregam múltiplas variáveis (Quadro 1.1). São estes eixos a: (i) precariedade de inserção produtiva em atividades agrícolas e não agrícolas, (ii) a composição da renda, e (iii) o acesso a políticas e indicadores sociais. A autora enfatiza os aspectos demográficos da inserção produtiva no meio rural, caracterizado pela alta prevalência da taxa de ocupação de crianças, adolescentes e adultos acima de 55 anos. Em relação ao acesso a políticas públicas, Mello (2018) comenta que o acesso precário às políticas universais de bem estar e o também precário acesso a água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos atuam como elementos perpetuadores da pobreza rural.

Quadro 1.1: Determinantes ou perpetuadores da pobreza rural

EIXOS	DETERMINANTES / PERPETUADORES
Preacarieidade da inserção produtiva em atividades agrícolas e não agrícolas	Taxa de ocupação caracterizada por alta concentração de crianças, adolescentes e adultos acima de 55 anos
	Aumento da subocupação ou ocupação não remunerada conforme a diminuição da renda familiar
	Alta participação em atividades informais voltadas para o autoconsumo
	Concentração em mercados de baixo dinamismo econômico
	Prevalência de propriedades minifundistas com menor capacidade produtiva em função do baixo acesso a recursos de produção (terra, água, tecnologias, insumos)
	Dificuldades de comercialização da produção excedentes com predominância de compras feitas por intermediários particulares
	Trabalho assalariado agrícola e não agrícola caracterizado por baixos rendimentos, com baixos graus de formalização e longas jornadas de trabalho
Composição da renda	Rendimentos médio inferiores aos rendimentos auferidos de ocupações na área urbana
	Porcentagem de participação de rendas não provenientes do trabalho
Acesso a políticas e indicadores sociais	Baixos índices de alfabetização e escolaridade
	Acesso precário a soluções de abastecimento de água de qualidade, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos
	Acesso precário a políticas públicas universais de bem-estar, como saúde, assistência social e documentação

Fonte: Mello (2018).

A situação da pobreza no Brasil é resultado de um problema estrutural, crônico e persistente (PINTO, de MELO e SARDINHA, 2016). No entanto, é importante ressaltar que nosso país passou por significativas mudanças sociais no período de 2004 a 2013, as quais decorrem diretamente do fortalecimento das políticas universais e da criação e expansão de políticas sociais de natureza distributiva e afirmativa, entre outros fatores (JANNUZZI e FONSECA, 2017). Durante esse período todos os segmentos populacionais obtiveram aumentos de renda. Entretanto, segundo Jannuzzi e Fonseca (2017) tais aumentos foram maiores quanto menores os níveis de renda. Analisando dados da PNAD, Jannuzzi e Fonseca (2017) identificaram um expressivo aumento real da renda dos mais pobres de 2004 a 2013. É preciso ressaltar que também houve aumento real da renda de todos os segmentos sociais no período de 1992 a 2003, porém de 2004 a

2013 a variação positiva da renda real foi muito superior a registrada na década anterior (JANNUZZI e FONSECA, 2017). Dentre os determinantes da redução da pobreza no Brasil de 2004 a 2013, podemos citar: (i) a política de valorização real do salário mínimo; (ii) o crescimento do emprego; (iii) o acesso à previdência social; o acesso ao Benefício de Prestação continuada (BPC); e (iv) o acesso ao Programa Bolsa Família (PBF) (JANNUZZI e FONSECA, 2017).

Tal padrão de melhoria do quadro social brasileiro, de 2004 a 2013, não poderia ser explicado apenas pela conjuntura econômica, tendo em vista a crise de 2008-2009 era de se esperar que a pobreza e a extrema pobreza diminuíssem menos intensamente. Somente através da ampliação da cobertura das políticas públicas sociais que foi possível reduzir as desigualdades em nosso país (JANNUZZI e FONSECA, 2017). Ademais, muitas das possibilidades de crescimento econômico possuem efeitos concentradores, uma vez que se utilizam de tecnologias avançadas e uso de mão de obra qualificada. Nesse sentido, é necessário que se implemente medidas compensatória para evitar o aumento da desigualdade e reduzir a pobreza (ROCHA, 2011).

Um aspecto interessante da redistribuição de renda é que o incremento de rendimento da população mais pobre fomenta o mercado muito mais intensamente do que o aumento de rendimento para os mais ricos. Isto ocorre porque o dinheiro dos mais pobres é consumido em bens e serviços, enquanto que os recursos dos mais ricos se tornam estoque em aplicações financeiras, fato que não promove a circulação do dinheiro na sociedade. O capital em estoque fica imobilizado por certo período de tempo. Nesse sentido, é desejável para a prosperidade dos mercados que as populações com renda mais baixa aumentem seu poder de compra.

Em relação à composição dos rendimentos dos domicílios pobres, de 2003 a 2009, a renda de aposentadorias e pensões foi a que mais cresceu no período. Devido principalmente à expansão da cobertura das políticas públicas sociais, tais como o PBF, o BPC e outros benefícios previdenciários (MELLO, 2018). De acordo com Lavinias e Cobo (2012 *apud* MELLO, 2018), as transferências de renda não estão associadas à evasão do

mercado de trabalho da população rural. Pelo contrário, dispor de uma renda mínima provavelmente contribui para fomentar inúmeras atividades e dinamizar mercados que até então se mostravam com menor potencial de geração de riqueza (MELLO, 2018).

O período de 2013 a 2018 no Brasil é marcado por uma recessão econômica que acarreta severos impactos a população, sobretudo aos mais pobres. No contexto político emerge um debate de retirada de direitos historicamente conquistados, influenciados por uma concepção de austeridade fiscal, e que podem ser observados principalmente através da Proposta de Emenda Constitucional 95 – que limita os gastos públicos por 20 anos – e da reforma previdência – que alterou a idade mínima de aposentadoria, tempo de contribuição e regras para concessão de pensão por morte para os dependentes. Nesse sentido, pretendemos analisar a situação de pobreza no nordeste rural, de 2004 a 2018, tendo em vista o cenário de conjuntura econômica e a agenda política do país nos últimos 5 anos anteriores a 2018.

Para Jannuzzi e Fonseca (2017), os riscos de retrocessos nas diversas dimensões do bem-estar são evidentes. De acordo com os referidos autores, o ano de 2016 se situará como um marco temporal na história brasileira para a periodização de estudos sobre as dimensões políticas, econômicas e sociais. Tal marco temporal se configura devido a ruptura no ambiente político-institucional e político-social, em consonância com a grave situação conjuntural da economia. Jannuzzi e Fonseca (2017) sustentam a hipótese de que a mudança social no período de 2004 a 2013, revelada pelos indicadores e vivenciada por milhões de brasileiros, seria diferente se não houvesse determinação política em assegurar, principalmente, o aumento real do salário mínimo e investimentos na ampliação da cobertura de políticas sociais.

Especialmente em um país como o Brasil, que carrega como condição histórico social a desigualdade estrutural advinda da herança escravista, a crença de que os mecanismos de mercado e a competição meritocrática são as únicas, e melhores, vias para a resolução dos problemas de natureza socioeconômica pode não ser adequada (SOUZA, 2017). Tal ideologia pode contribuir para a perpetuação e aumento das

desigualdades; tendo em vista que em nosso país o acesso aos serviços básicos como saúde, educação, saneamento, dentre outros, possuem diferenças discrepantes conforme os níveis de rendimento. Sendo assim, os indivíduos irão competir em condições extremamente desiguais. Nesse sentido, é de uma importância que o Estado brasileiro se responsabilize ativamente no processo de redução das desigualdades. Conforme comenta Souza (2017), em todas as sociedades que tinham como objetivo ser minimamente igualitárias, o estado assumiu papel preponderante de tornar as condições sociais, de todas as classes sociais, mais homogêneas.

De acordo com Mello (2018), a ampliação da renda no campo, ocorrida nas últimas duas décadas, não foi suficiente para garantir padrões aceitáveis de bem-estar. A pobreza rural se distingue da pobreza urbana em decorrência do especial grau de vulnerabilidade que a população pobre rural está exposta. A alta incidência de domicílios sem acesso a água de qualidade, sem saneamento, a ausência de destinação adequada dos resíduos e as acentuadas disparidades dos dados educacionais em comparação a áreas urbanas caracterizam o quadro multidimensional da pobreza rural no Brasil. Para Mello (2018), apesar de significativos avanços sociais nas últimas décadas, o meio rural brasileiro ainda demanda ações específicas de ampliação de políticas em curso, ou criação de novas alternativas a fim de garantir melhores condições de vida para a população rural.

A situação laboral dos trabalhadores assalariados rurais é marcada pela precariedade nas condições do trabalho, pelos baixos rendimentos e pela informalidade (MELLO, 2018). Segundo os dados da Base Geral Rural<sup>3</sup>, em 2015 a população rural de baixa renda era composta de aproximadamente 14,5 milhões de indivíduos, distribuídos em cerca de 3,8 milhões de famílias. Os brancos correspondiam a 20,74% do total de pobres rurais, enquanto os negros representavam 77,48% (MELLO, 2018).

---

<sup>3</sup> Base de dados elaborada por Mello (2018) através da compilação do Cadastro Único com registros administrativos.

### **1.3. Pobreza e fome no Nordeste rural e estratégias de superação da pobreza**

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 25% da população rural vivia em situação de extrema pobreza, enquanto no meio urbano o percentual era próximo de 5% (MELLO, 2018). Esta estatística revela uma realidade bastante discrepante no âmbito das condições de vida das populações urbanas e rurais. Segundo Mello (2018), em 2015 o Nordeste concentrava 65% do total do contingente rural de baixa renda<sup>4</sup> do país. Nesse sentido, estudos sobre a pobreza rural merecem especial atenção para tal região.

Dedicaremos ênfase a questão da segurança alimentar por entender que a fome constitui uma das manifestações mais graves da pobreza e denota a condição de vulnerabilidade que certos grupos populacionais estão sujeitados. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº11.346 de 2006, define a segurança alimentar e nutricional como:

realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Josué de Castro (1957) foi um importante autor para os estudos da fome no Brasil. Ao descrever o mundo do pós segunda guerra, Castro (1957) ressalta o caráter planetário da geografia da fome. O autor fala de um mundo em que começa a ser notificado a fenômeno da fome através dos dados estatísticos. Segundo Castro (1957), mais de dois terços da população da América Latina passava fome na década de 1950, de maneira que tal nível de subnutrição agrava a predisposição desse grupo a contrair outras doenças. Na interpretação do autor, o fenômeno da fome é muito mais um

---

<sup>4</sup> População rural de baixa renda para Mello(2018): População com até meio salário mínimo *per capita*, inscrita no Cadastro Único em 2011 e 2015, identificada como público da Agricultura Familiar ou Reforma Agrária e que tenha recebido algumas das políticas do eixo de inclusão produtiva do BSM.

produto de fatores sócio culturais, do que de reflexo da condição da natureza geográfica (CASTRO, 1957).

Na obra *Geografia da Fome*, Castro (1957) define o conceito geográfico de área de fome como uma região em que mais da metade do contingente demográfico sofre deficiências alimentares. Segundo o autor, no Brasil da década de 1950 existiam três áreas de fome: (i) a área amazônica, (ii) a área do Nordeste Açucareiro e (iii) a área do sertão nordestino. No entanto, Castro (1957) diferencia tais áreas em relação à origem da condição de fome, criando duas categorias: fomes endêmicas e fomes epidêmicas. A Fome endêmica é permanente, distingui-se da fome epidêmica, que é transitória. Dedicaremos atenção especial ao tema da fome por esta representar uma dos aspectos mais preocupantes da pobreza.

Para Castro (1957) a fome no semiárido do Nordeste (Ilustração 1.2) caracteriza-se pelo seu aspecto episódico em surtos epidêmicos ocasionados pelas secas, e intercalados ciclicamente com os períodos de relativa abundância nas épocas de normalidade da vida sertaneja. Castro (1957) define a dieta sertaneja como uma alimentação sóbria, um bom exemplo de como um grupo humano pode explorar um meio pobre de recursos adequados às necessidades básicas da vida. A dieta do sertanejo está muito além do que seria esperado de uma alimentação oriunda de recursos cultivados em ambiente semiárido, de natureza pobre e pouco fértil. Com chuvas regulares o sertanejo vive uma época de abundância e fartura alimentícia. (CASTRO, 1957).

Apesar de descrever uma realidade de mais de cinquenta anos atrás, a contribuição de Josué de Castro (1957) é muito importante, e continua sendo atual, para a compreensão da fome no Nordeste rural brasileiro. Castro (1957) apresenta um estudo detalhado sobre as características geográficas do sertão nordestino. O sertão nordestino possui natureza irregular na distribuição das chuvas, e desta irregularidade resulta também o empobrecimento progressivo do solo (CASTRO, 1957).

Ilustração 1.2: Mapa do semiárido brasileiro



Fonte: IBGE – delimitação do semiárido brasileiro, 2018.

A região do semiárido brasileiro é composta por 1262 municípios, perpassando os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A região foi definida com base na Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e segue critérios de aridez, segundo índices pluviométricos. Tal área merece especial interesse no desenho de políticas públicas específicas, pensadas para sanar os problemas particulares dessa porção do território brasileiro.

Para Bojanic (2016), o semiárido do Brasil é uma região marcada pela elevada concentração fundiária e do acesso à água, coexistindo com altos níveis de pobreza e degradação ambiental. Condições estas impõem grandes desafios para o desenvolvimento na região (BOJANIC, 2016).

De acordo com os dados das PNADs 2004, 2009 e 2013, todas as regiões brasileiras apresentaram melhorias na situação de segurança alimentar, no período de 2004 a 2013. Estima-se que, durante o período analisado, aproximadamente 7 milhões de brasileiros deixaram de conviver com a fome (PINTO, de MELO e SARDINHA, 2016). No entanto, em 2013 a região Nordeste do Brasil é a que apresenta as menores taxas de prevalência de segurança alimentar no país, por essa razão investigações acerca dessa temática merecem ênfase à região. A desigualdade regional do país é mais uma vez reforçada quando se analisa a segurança alimentar por situação do domicílio. Domicílios localizados em área rural apresentaram maiores percentuais de insegurança alimentar, quando comparados aos domicílios localizados em área urbana, tanto em 2004 quanto em 2013, nas regiões Norte e Nordeste do país, de acordo com os dados das PNADs (IBGE, 2006 e 2014).

A situação de segurança alimentar no meio rural do país é reflexo do conjunto de privações a que essa população ainda está sujeita, como menores rendimentos, baixa escolaridade maior informalidade das relações de trabalho e menor acesso a bens e serviços públicos. Apesar da redução da insegurança alimentar na área rural entre 2004 (43,8%) e 2013 (35,5%), esse percentual ainda é 15 pontos percentuais maior que os domicílios localizados na área urbana brasileira (PINTO, de MELO e SARDINHA, 2016, p. 67).

Um traço marcante da pobreza brasileira é a heterogeneidade regional, sendo o Nordeste historicamente a região mais pobre. Em 1999 a participação percentual do Nordeste no grupo dos pobres brasileiros era de aproximadamente 40%, a região compunha cerca de 30% do contingente populacional do país no referido ano. No tocante à pobreza rural, no ano de 1999 o Nordeste participava com o percentual próximo de 70% dos pobres rurais do país. Nesse sentido, a pobreza rural nordestina se apresentava como o “núcleo duro” da pobreza brasileira (ROCHA, 2011). Ainda de acordo com Rocha (2011):

A pobreza rural nordestina é essencialmente típica de sociedades tradicionais que se situam à margem do crescimento urbano-industrial. Os pobres são numerosos e, com frequência, numericamente predominantes, formando

uma subpopulação homogênea quanto a suas características (ROCHA, 2011, p. 182).

Em seu primeiro mandato, no ano de 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva assume o compromisso de reduzir os níveis de insegurança alimentar e nutricional. Os esforços foram direcionados para a superação da extrema pobreza, considerando que a privação de uma alimentação adequada e de qualidade constitui uma das dimensões da pobreza (PINTO, de MELO e SARDINHA, 2016). Para Sen (2000), a subnutrição, a fome crônica e as fomes coletivas são influenciadas pelo funcionamento de toda a economia e sociedade, e não apenas pela produção de alimentos. As possibilidades de produção são determinadas pela tecnologia disponível e são influenciadas pelo conhecimento, assim como pelo potencial das pessoas em organizar e dar uso efetivo ao conhecimento disponível (SEN, 2000).

Nas palavras de Sen (2000): “vivemos em um mundo assolado por fome e subnutrição disseminada por repetidas fomes coletivas”. Políticas e ações direcionadas são capazes de erradicar as mazelas que a fome acomete. Contudo, é importante se ater a investigações analíticas de estudos empíricos para executar as ações necessárias a resolução dos problemas. (SEN, 2000).

A Lei Orgânica de segurança alimentar e nutricional no Brasil possui uma visão abrangente e multidimensional. Tal legislação institucionaliza o caráter da alimentação como direito, nesse sentido, todos devem ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades. A noção de alimentação como direito pressupõe que o Estado deve garantir a alimentação para toda a população, independente das condições dos indivíduos (PINTO, de MELO e SARDINHA, 2016).

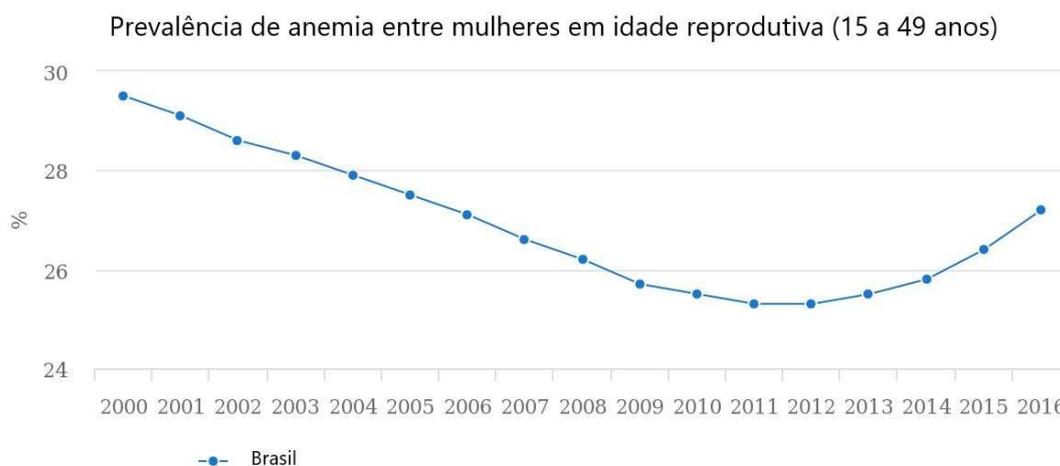
O relatório de Insegurança alimentar publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 2014 revelou que o Brasil reduziu de forma expressiva a insegurança alimentar nos anos anteriores (KEPPLE, 2014). Os

avanços no combate da pobreza e da fome são decorrência da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a partir de 2003 (KEPPLE, 2014).

As políticas públicas desenvolvidas nos governos Lula e Dilma tornaram a experiência brasileira referência mundial na redução da pobreza. Um projeto que demonstrou ser possível erradicar a fome e a miséria, assim como superar a pobreza – especialmente na área rural –, colocando-as como questões principais em um plano democrático de desenvolvimento nacional assentado em uma ampla rede de proteção social e políticas direcionadas para os grupos mais vulneráveis (BOJANIC, 2016). Desenvolvimento não deve ser sinônimo apenas de crescimento econômico, uma nação desenvolvida é aquela que tem como preocupação o processo de expansão das liberdades, a fim de suprimir a privação das capacidades dos indivíduos (SEN, 2000).

O rompimento do ciclo da pobreza e a redução das desigualdades não é consequência natural do crescimento econômico, um país pode crescer sem necessariamente produzir distribuição de renda e aumento das oportunidades para a população. O combate às desigualdades demanda forte ação do Estado através de uma agenda política econômica e social que trate a temática com a devida relevância que merece (BOJANIC, 2016). De acordo com dados recentes da FAO, a prevalência de anemia em mulheres em idade reprodutiva aumentou no Brasil nos últimos anos, fato este que pode estar associado ao aumento da insegurança alimentar causado por uma dieta com privação de determinados nutrientes (Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1: Prevalência de anemia entre mulheres em idade reprodutiva no Brasil



Fonte: FAO (2018).

Uma das iniciativas tomadas para a redução das desigualdades no país durante o governo Dilma foi o plano Brasil sem Miséria (BSM). Tal plano é caracterizado como um programa governamental voltado para a superação da pobreza, no período de 2011 a 2015 (MELLO, 2018). O BSM propunha uma perspectiva de análise para além do caráter monetário da pobreza e da extrema pobreza, trata a pobreza como fenômeno multidimensional. O BSM apresentava como principal preocupação o aumento das capacidades e oportunidades dos mais vulneráveis. Desde o início de sua concepção foi explicitado a necessidade de estratégias específicas voltadas para a população mais pobre do meio rural. A estratégia do BSM consistia em três eixos: (i) garantia de renda, (ii) acesso a serviços, e (iii) inclusão produtiva (MELLO, 2018).

O BSM reconheceu que o Estado tinha dificuldade em alcançar a população mais pobre e vulnerável com suas políticas públicas. Identificada esta lacuna do Estado, surge então um esforço de mudança da postura do governo federal, sintetizado pela estratégia chamada de busca ativa, que se caracterizou pela responsabilidade de encontrar e chegar aos mais pobres, por meio de parcerias com todos os entes federativos (MELLO, 2018). Para Rocha (2011), é fundamental que as iniciativas de

combate à pobreza compreendam a mesma como um fenômeno de carências diversas, cujo entendimento não se limita a insuficiência de renda. Para tanto, é imprescindível que sejam criadas políticas públicas de combate a pobreza que tenham a família como unidade de referência.

Em economias modernas e monetizadas o exercício pleno da cidadania depende da disponibilidade de um montante de renda que seja suficiente para o atendimento das necessidades básicas de consumo privado (Sabóia e Rocha, 2002 *apud* Rocha, 2011). Em relação à política de transferência de renda, devemos atentar para a relevância socioeconômica do PBF, criado em 2003. Pires e Silva Jardim (2014) propõem o conceito de “geração bolsa família” para compreender as transformações geracionais proporcionadas pelo programa. Os autores destacam significativas mudanças no papel das crianças no município de Catingueira, no estado da Paraíba. Tais mudanças estariam relacionadas à (i) expansão do consumo; (ii) escolarização das crianças e; (iii) redução do trabalho infantil.

Pires e Silva Jardim (2014) estimam que 62% da população do município de Catingueira, localizado no interior do estado da Paraíba cerca de 350km da capital João Pessoa, era beneficiária do PBF no ano de 2010. Para os autores, tal proporção de habitantes beneficiária do programa, aliada a baixa monetização da região, tornam o município um local privilegiado para observar os efeitos do PBF. Os pesquisadores identificaram a alimentação como sendo a categoria prioritária no uso dos recursos provenientes do PBF em Catingueira, com especial ênfase na alimentação das crianças. Pires e Silva Jardim (2014) comentam que:

O PBF alterou a dinâmica financeira das famílias, propiciando a uma larga parcela da população brasileira, a primeira experiência de renda regular e, por conseguinte, a entrada no mercado de consumo (PIRES e SILVA JARDIM, 2014, p. 102).

É preciso refutar um mito que paira sobre o PBF. Embora aparente possuir um desenho pró natalista, as estatísticas mostram que o recebimento do benefício não está

associado ao aumento da taxa de fecundidade no país. Os dados corroboram que o número médio de filhos por mulher vinha caindo antes da implementação do PBF, e continuou a cair após a ampliação da cobertura da transferência de renda. Na primeira década do século XXI o ritmo de queda da fecundidade foi maior justamente nos “estados menos desenvolvidos e com maior porcentagem de domicílios recebendo o Bolsa Família” (ALVES e CAVENAGHI, 2013, p. 238).

De acordo com dados do ano de 2018 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>5</sup>, a região Nordeste desponta como a maior beneficiária em aporte de recursos do PBF, possuindo mais de 6,9 milhões de famílias cadastradas no programa. Cerca de 52,03% do total de aproximadamente 2,5 bilhões de reais, são destinados aos domicílios nordestinos.

Como característica geográfica mais marcante da região, no que tange aos aspectos socioambientais, devemos mencionar a ocorrência do clima semiárido em uma porção considerável de seu território. As secas sazonais, típicas de tal clima, acarretam enormes perdas na produção agropecuária, impondo desafios e limitações à sobrevivência da população nesse ambiente. O aumento da renda e o acesso a serviços básicos - como água e luz - são essenciais para garantir a reprodução social dos habitantes na referida região.

A falta de renda para a aquisição dos alimentos necessários e em quantidade suficiente é de fato o fator de risco primordial da insegurança alimentar. Isto ocorre porque a economia brasileira é altamente monetizada, nesse sentido restam poucas alternativas para os mais pobres que não conseguem comprar nem produzir seus alimentos (CONSEA, 2010).

De acordo com o relatório do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de 2010, a dificuldade ao acesso regular e permanente de alimentos é um fator determinante para o quadro de insegurança alimentar no Brasil.

---

<sup>5</sup> <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>. Acessado em 16/04/2019.

Desta forma, o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, especialmente no âmbito das privações mais severas, implica diretamente no aumento da disponibilidade de renda para as populações mais pobres, reforçando assim a relevância das políticas de redução da pobreza e das desigualdades sociais (CONSEA, 2010).

Ainda segundo o relatório da FAO (2014), a conjuntura do período pré 2014 é caracterizada pelo aumento da renda familiar, tanto em áreas urbanas como rurais, com tendência de elevação da demanda por alimentos no País. No entanto, o ritmo de crescimento da produção agrícola destinada à exportação é muito superior ao da produção de alimentos destinados ao consumo interno. No período 1990 a 2008, a área plantada dos grandes monocultivos aumentou em relação à área ocupada pelos cultivos de menor porte direcionados ao abastecimento do mercado interno (KEPPLE, 2014). Compartilhamos da noção de Castro (1957), que considera a monocultura como fator de risco à insegurança alimentar.

Apesar de dispor de menor área cultivada, em comparação a agricultura de larga escala dos monocultivos, a agricultura familiar - que também dispõe de menor recurso de crédito - é a que promove a maior parcela do abastecimento das famílias brasileiras. Quase a totalidade de sua produção vai para o mercado interno, contribuindo substancialmente para garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros. Além de absorver cerca de 75% de toda a população ocupada em estabelecimentos agropecuários no país. Nesse sentido, medidas de fortalecimento da agricultura familiar são estratégicas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população (KEPPLE, 2014).

Para Mello (2018) investimentos em políticas de apoio a produção e melhorias na distribuição dos recursos produtivos podem ter como consequência esperada avanços nos indicadores de segurança alimentar das famílias rurais. Ainda segundo autora, a agricultura familiar seria majoritariamente comprada por intermediários particulares. A região Sul se destaca pela sua melhor inserção nesse mercado, vendendo quase que a metade de sua produção para empresas. No Nordeste apenas 5,3% da

produção é comprada por empresas. Essas compras indicam maior grau de estabilidade nas transações, uma vez que as empresas costumam ter regularidade na compra, e atendem demandas de escala e qualidade específicas (MELLO, 2018).

Partimos da premissa de Jannuzzi e Fonseca (2017) de que os avanços sociais conquistados no período de 2003 a 2014 estão associados a implementação das políticas públicas no período, a conjuntura econômica não seria suficiente para justificar tal mudança na redução das desigualdades no país. Importante ressaltar que para além dos ganhos monetários houve durante período uma expansão de serviços para a população mais vulnerável, garantindo assim uma melhor condição de cidadania para a população mais pobre do país. Uma importante política pública implementada com o objetivo de expandir o acesso a água foi o Programa Água Para Todos (APT).

Analisando os dados das PNAD e PNAD-C de 2004 a 2017 Ruediger *et al.* (2018) constataram significativos avanços no que tange à cobertura de serviços básicos nos domicílios do Nordeste rural. A taxa de acesso a água canalizada registrou aumento de cerca de 35% durante o período analisado. Para Ruediger *et al.* (2018) a evolução verificada no Nordeste Rural está associada a implementação do programa APT no período. Apesar da limitação metodológica em auferir a contribuição específica do programa APT, por razões de coleta da informação nas pesquisas oficiais,

é difícil imaginar que tal “expansão com viés de equidade” teria ocorrido sem a existência do programa, pela quantidade de cisternas instaladas na região, pelos seus critérios de elegibilidade de famílias e pela focalização no semiárido (RUEDIGER, 2018, p. 48).

O APT foi instituído com o objetivo de promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e insumo produtivo. O programa teve início no semiárido paulatinamente se expandiu para municípios com escassez hídrica localizados fora do semiárido legal. A priorização do semiárido no programa decorre do fato da irregularidade da distribuição da chuva na região. (RUEDIGER ET AL., 2018).

É importante salientar que o acesso a água é imprescindível para, além de garantir as necessidades básicas da população, propiciar um meio para a produção de cultivos agropecuários, isto é, um meio de subsistência (RUEDIGER ET AL., 2018).

Sendo assim, o APT constitui-se como uma importante política pública no eixo da inclusão produtiva do plano BSM. De acordo com Mello (2018), na distribuição regional do não atendimento de políticas públicas do BSM a região Nordeste foi a que apresentou maior porcentagem de famílias rurais de baixa renda não atendidas por nenhuma política pública, perfazendo 40% do total das famílias rurais de baixa renda do país não atendidas por alguma política pública do programa. Ao analisarmos a proporção de famílias não atendidas em relação ao total da região, o cenário é outro. Segundo a autora, apenas 7% do total das famílias rurais de baixa renda do Nordeste não tiveram acesso a nenhuma política pública do BSM, constituindo a região com menor taxa de não atendimento em relação ao total de famílias por região (MELLO, 2018). Os dados utilizados por Mello (2018) são da Base Geral Rural<sup>6</sup>. Tal estatística revela a priorização do BSM em envidar esforços para a melhoria das condições de vida do núcleo duro da pobreza brasileira, o Nordeste rural.

---

<sup>6</sup> Base de dados elaborada por Mello (2018) através da compilação do Cadastro Único com registros administrativos.

## **CAPÍTULO 2: INDICADORES DA POBREZA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL**

O presente capítulo está estruturado em duas seções. Na primeira parte discutiremos questões metodológicas e apresentaremos as bases de dados utilizadas na pesquisa. Na segunda parte nos dedicaremos a justificar a escolha dos indicadores utilizados para mensurar a pobreza no trabalho, buscando demonstrar as potencialidades e limitações dos referidos indicadores.

### **2.1. Metodologia e fonte de dados**

A metodologia adotada no presente trabalho consiste na elaboração de estatísticas descritivas para construção de indicadores de pobreza a partir da análise dos microdados de domicílios da PNAD dos anos de 2004, 2009 e 2013 e da PNAD-C dos anos de 2017 e 2018. Ambas pesquisas amostrais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) têm como base de investigação o domicílio e permitem a produção de resultados a nível Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Utilizaremos o software R para manipulação dos microdados das referidas pesquisas.

Para analisar de forma correta os dados provenientes de pesquisas amostrais complexas é necessário realizar procedimentos de expansão da amostra, a fim de calibrar os dados de acordo com seu peso amostral. Para tanto utilizamos os pacotes *survey* e *PNADcIBGE* disponíveis para o software R. Os referidos pacotes são capazes de ler dados amostrais e executar as devidas operações necessárias para a interpretação correta dos mesmos, incorporando o desenho amostral especificado para determinada pesquisa. A não expansão da amostra gera resultados enviesados por não considerar o peso amostral dos microdados. Em nossas análises foram excluídos os registros sem declaração para a determinada variável de interesse a ser investigada. Vale ressaltar que

o software R é uma ferramenta para manipulação de dados alfanuméricos, além de livre e aberto possui uma vasta comunidade que colabora para seu aprimoramento e contribui para construir soluções para as mais diversas finalidades.

A unidade de análise adotada para esta pesquisa foi o domicílio, e não o indivíduo. Para Rocha (2011), é imprescindível que sejam criadas políticas públicas de combate à pobreza que tenham a família como unidade de referência. Muito embora os domicílios não correspondam na totalidade dos casos às unidades familiares, estes podem servir como uma boa unidade de aproximação destas. Para o IBGE, a família é o conjunto de pessoas ligadas por parentes na unidade doméstica. Nesse sentido, buscamos compreender a evolução da pobreza sob a perspectiva da condição de vida das famílias, analisada através de indicadores de pobreza dos domicílios.

O conceito de domicílio utilizado na PNAD e PNAD-C constitui o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação diz respeito a um local de moradia segmentado - por paredes, muros ou outras construções -, coberto por um teto, que permite que seus moradores se isolem do convívio. A independência, por sua vez, caracteriza-se quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem adentrar moradias alheias (IBGE, 2006).

Implantada em 1967 – e encerrada em 2016, com a divulgação das informações referentes ao ano de 2015 - com a finalidade de captar, sobretudo, as transformações no mercado de trabalho brasileiro, a PNAD passou paulatinamente a contemplar a investigação de outros temas de interesse da agenda de políticas públicas brasileira. Seu escopo de investigação aumentou significativamente nas últimas décadas, assim como sua cobertura no território brasileiro, aumentando consideravelmente o tamanho da amostra e permitindo a produção de resultado para as grandes regiões, estados e nove regiões metropolitanas (JANNUZZI, 2007).

A PNAD é uma pesquisa por amostragem probabilística. Investiga apenas um subgrupo da população (amostra) que agrega características que permitem a inferência

de resultados para a totalidade do contingente populacional. Cada domicílio possui um peso amostral, correspondente ao peso relativo que sua participação possui na população – dado suas características demográficas, econômicas e sociais. A referida pesquisa tem como objetivo a produção de informações necessárias ao estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Coletava dados de forma permanente sobre habitação, rendimento e trabalho; e em alguns anos realizava pesquisas suplementares para análise de outros assuntos de interesse demográfico (IBGE, 2006).

Apesar de prevista desde o seu início para cobrir todo o território nacional, a PNAD só conseguiu atingir tal meta gradativamente, com o passar dos anos de sua existência. Em 1973, a pesquisa já cobria as regiões Nordeste, Sudeste, Sul, o Distrito Federal e as áreas urbanas das antigas regiões Norte e Centro-Oeste. Em 1981 expandiu em sua abrangência geográfica, não cobrindo somente a área rural antiga região Norte. Tal cobertura foi mantida até o ano de 2003. Já no ano seguinte, em 2004, a cobertura da PNAD alcançou as áreas rurais da região Norte, cobrindo assim o território nacional em sua totalidade (IBGE, 2006).

A PNAD veio a ser substituída pela PNAD-C, sofrendo significativas atualizações em sua metodologia. A PNAD-C possui cobertura territorial mais abrangente que a pesquisa que lhe antecedeu (sua amostra é consideravelmente maior), além disso disponibiliza informações conjunturais com periodicidade trimestral sobre a força de trabalho. Sua idealização teve início na década de 1990 como uma pesquisa periódica de caráter multitemático. Após ampla discussão técnica e conceitual a PNAD-C começou a ser implementada no final de 2011 (JANNUZZI, 2017).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, a médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes, investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares (IBGE, 2019).

Embora apresentem objetivos semelhantes, a PNAD e PNAD-C são pesquisas distintas do ponto de vista metodológico e possuem planos amostrais diferentes. Também há diferenças significativas na forma de captar determinadas variáveis, o que pode afetar a comparabilidade dos indicadores gerados através das referidas pesquisas.

## **2.2. Indicadores utilizados**

Jannuzzi (2017) sugere que os indicadores sociais têm função semelhante a das fotografias: permitem representar a realidade social através da ótica de quem a produziu. Tal comparação é interessante pois sugere, como nas fotografias, que diversas variáveis interferem na produção desse resultado. No caso das fotografias é notória a compreensão de que uma mesma realidade pode ser captada de diferentes formas. Aspectos como com ângulo, luminosidade, cor, nitidez, entre outros, vão interferir diretamente no resultado almejado. Para os indicadores sociais não é diferente, uma mesma realidade social pode ser representada de variadas formas, a depender dos conceitos e métodos estruturantes utilizados na construção dos mesmos.

Fotos, filmes e indicadores são recursos metodológicos que permitem “modelizar” a realidade social, focando aspectos priorizados pelo fotógrafo ou analista social. A objetividade absoluta, neutra, imparcial não existe; ela é socialmente construída. A realidade não é dada; é interpretada. Assim, os indicadores são “modelos” de representação; não são a realidade em si! (JANNUZZI, 2017, p. 15)

Partindo da compreensão abordada, podemos dizer que os indicadores sociais têm como objetivo retratar a determinada realidade social que se pretenda investigar. São em geral medidas quantitativas, utilizadas para operacionalizar determinados conceitos sociais abstratos. Nas pesquisas acadêmicas o indicador social conecta os modelos teóricos e as evidências empíricas dos fenômenos observáveis. Já as estatísticas públicas correspondem ao dado social em sua forma bruta, estando parcialmente preparados para uso interpretativo. As referidas estatísticas constituem a

matéria prima indispensável para a construção de indicadores sociais, o que diferencia as estatísticas públicas dos indicadores sociais é seu conteúdo informacional – isto é, seu valor contextual (JANNUZZI, 2017). Para escolher de maneira adequada quais indicadores sociais utilizar devemos atentar para suas propriedades desejáveis. Jannuzzi (2017) elenca 12 propriedades principais (Quadro 2.1) que servem como diretriz para orientar a preferência de determinados indicadores para uma determinada realidade social que se deseja analisa. Não faremos aqui uma caracterização detalhada de cada uma das propriedades.

Quadro 2.1: Propriedades desejáveis dos indicadores sociais

<b>Propriedades</b>
Relevância para a agenda política
Validade de representação do conceito
Confiabilidade da medida
Cobertura populacional
Sensibilidade às ações previstas
Especificidade ao programa
Transparência metodológica na sua construção
Comunicabilidade ao público
Factibilidade operacional para sua obtenção
Periodicidade na sua atualização
Desagregabilidade populacional e territorial
Comparabilidade da série histórica

Fonte: Jannuzzi (2017).

Como mencionado anteriormente, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução da pobreza no Nordeste rural de 2004 a 2018. Sustentamos a hipótese do aumento da incidência da pobreza no país a partir de 2015. Para tanto iremos utilizar indicadores monetários e de condições de vida – (i) renda mensal domiciliar *per capita*, (ii) acesso a água, (iii) segurança alimentar e (iv) tipo de

combustível utilizado no fogão - a fim de avaliar a evolução da pobreza da população rural do Nordeste brasileiro de 2004 a 2018. Nosso foco da pesquisa é a investigação das condições de vida dos pobres do Nordeste rural, que historicamente compõem o maior contingente dos pobres rurais do país. A região Nordeste também desponta como a que possui a maior taxa de brasileiros pobres.

Não pretendemos, porém, trabalhar com as linhas de extrema pobreza e pobreza. Investigaremos a pobreza enquanto quadro de carências diversas, analisando os indicadores de segurança alimentar para o período de 2004 a 2013; e renda domiciliar mensal *per capita*, acesso a água e tipo de combustível utilizado no fogão, para o período de 2004 a 2018. Concederemos ênfase na análise para os domicílios situados no primeiro quintil de renda domiciliar mensal *per capita*, partimos da premissa de que quanto menor a renda maior é a associação da mesma a outros tipos de privação. De modo que a pobreza monetária será analisada através da perspectiva relativa que possui na distribuição de renda domiciliar *per capita*. Temos como estratégia de análise avaliar os resultados para Brasil, Nordeste, Nordeste rural e primeiro quintil de renda domiciliar mensal *per capita* do Nordeste rural.

A renda é a principal variável utilizada para mensurar o fenômeno da pobreza. É preciso ressaltar que a mesma apresenta dificuldades para ser captada adequadamente nas pesquisas domiciliares. As informações mais precisas sobre os rendimentos provêm de pesquisas de orçamentos familiares, as quais discriminam detalhadamente as despesas do declarante e permitem a captação da variável de forma mais completa. Além disso, há sabidamente o problema da subestimação intencional dos rendimentos por parte do declarante, que aumenta conforme maior é o poder aquisitivo. Tal subestimação é menor para os rendimentos provenientes do trabalho formal, aumentando sua intensidade gradativamente para os rendimentos de aposentadorias e pensões; até alcançar o maior grau de subestimação nos rendimentos provenientes do trabalho informal e do capital (ROCHA, 2002).

Tais diferenças metodológicas na captação dos rendimentos podem gerar resultados diferentes no dimensionamento do fenômeno da pobreza. Investigações acerca da pobreza monetária realizadas por Jannuzzi *et al.* (2012) utilizando três pesquisas do IBGE (Censo Demográfico, PNAD e Pesquisa da Orçamento Familiar – POF) no período 2008 a 2010 obtiveram resultados com considerável variância para o mesmo fenômeno. As estimativas para brasileiros vivendo em situação de extrema pobreza variou de 9 a 19 milhões, segundo indicadores mais brutos ou aprimorados de rendimentos.

A fome constitui uma das faces mais graves da pobreza. Nesse sentido, centrado em uma perspectiva multidimensional do fenômeno da pobreza optamos por trabalhar com o indicador de segurança alimentar a fim de avaliar as condições de vida da população. Nos anos de 2004, 2009 e 2013 a PNAD realizou pesquisa suplementar de segurança alimentar. Tais informações foram essenciais para o monitoramento das políticas públicas no período, importantes avanços sociais foram conquistados, sobretudo para a população mais pobre, durante o referido período analisado. Uma considerável parcela da população brasileira conseguiu atingir melhorias no seu padrão de vida, alcançando assim a condição de segurança alimentar. Entretanto, vale ressaltar que a segurança alimentar apresentou caráter desigual nos quesitos regionais, sendo as áreas do Nordeste rural as que apresentaram maiores taxas de prevalência de insegurança alimentar no país ao final de 2013. É de suma importância que tais pesquisas sejam realizadas com periodicidade, a fim de continuar o monitoramento da evolução de segurança alimentar dos brasileiros.

A escala brasileira de insegurança alimentar (EBIA), utilizada para mensurar o grau de segurança alimentar da população possui quatro categorias: (i) segurança alimentar – quando existe acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais -; (ii) insegurança alimentar leve – quando existe preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro, qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias

que visam não comprometer a quantidade de alimentos -; (iii) insegurança alimentar moderada – quando existe situação de redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos – e; (iv) insegurança alimentar grave - representada pela redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos) (IBGE, 2014).

Analisaremos o indicador de acesso à água por compreendermos que este é revelador das condições de habitação dos domicílios. Sendo assim, a carência de renda tende a estar associada a outros tipos de privação. O acesso precário à água constitui uma grave privação, que denota as más condições da habitação, tal recurso é o mais indispensável e essencial a todas as formas de vida. Tal precariedade no acesso ao recurso hídrico compromete severamente a satisfação das necessidades básicas das famílias, além de acarretar profundas dificuldades às possibilidades de produção de alimentos. Nesse sentido, o APT configura-se como uma política de inclusão produtiva, por propiciar as condições mínimas necessárias à produção agropecuária. Ruediger (2018) identificou significativo aumento nas taxas de acesso à água canalizada do Nordeste rural de 2004 a 2017, tais melhorias estão associadas a implementação do APT na região.

Vale ressaltar que o indicador de acesso à água não mede consumo efetivo nem qualidade da mesma. O referido indicador busca mensurar o acesso infra estrutural que o domicílio possui, mede apenas uma dimensão potencial do consumo. Sendo assim, não é possível analisar aspectos como falta de abastecimento, consumo efetivo e qualidade da água com base neste indicador. Todavia, o indicador de acesso à água é uma importante medida que denota as condições gerais da habitação.

Houve uma melhora na captação da variável de acesso à água na PNAD-C em comparação com a PNAD. A PNAD-C incorporou a categoria “água da chuva ou armazenada”, que não existia na pesquisa antecessora. Tal categoria distingue o acesso

à água proveniente de cisternas de outras formas de acesso, sendo tal acesso expressivo na região do semi árido do Nordeste. Além disso a antiga categoria “poço ou nascente” da PNAD foi desmembrada em outras três na PNAD-C: (i) “poço profundo ou artesiano”, (ii) “poço raso, freático ou cacimba”, e (iii) “fonte ou nascente”. Nesse sentido, podemos dizer que a PNAD-C capta o fenômeno de acesso à água de forma mais detalhada e específica do que a PNAD.

O indicador tipo de combustível utilizado no fogão fornece um importante diagnóstico sobre a capacidade de consumo das famílias. Partimos da premissa que o não uso do gás para cozinhar ocorre justamente pela falta de possibilidade de escolha, isto é, a insuficiência de renda impossibilita que as famílias possam comprar gás para cozinhar. Podemos dizer que utilizar lenha como combustível principal para cozinhar representa, para os padrões de cidadania atual, um alarmante retrocesso na condição de vida das famílias. Sustentamos a hipótese de que o aumento no preço do gás possa estar associado ao aumento na taxa de domicílios que não utilizam gás como combustível principal para cozinhar.

A comparabilidade deste indicador está comprometida devido a forma que a PNAD-C passou a captar essa variável. Na PNAD a variável investigada era o tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência. Entretanto, a PNAD-C desmembrou tal variável em duas: (i) este domicílio utiliza gás de botijão ou encanado na preparação de alimentos, e (ii) este domicílio utiliza lenha ou carvão na preparação de alimentos. Sendo assim, a comparabilidade da série histórica deste indicador está comprometida, não é mais possível ter a resposta sobre o tipo de combustível ou energia utilizado com maior frequência nos domicílios.

## CAPÍTULO 3: EVOLUÇÃO DA POBREZA NO NORDESTE RURAL

O presente capítulo está estruturado em quatro seções, sendo uma para cada indicador analisado: (i) renda mensal domiciliar per capita, (ii) acesso à água, (iii) segurança alimentar e (iv) tipo de combustível utilizado no fogão. Investigaremos a pobreza no Nordeste rural a luz dos indicadores escolhidos, buscando analisar a comparabilidade dos indicadores e evolução do fenômeno no período.

### 3.1 – Rendimento domiciliar *per capita*

Analisaremos a renda através da medida de rendimento médio domiciliar *per capita* por quintis, assim como de sua variação real para os períodos de: (i) 2004 – 2009, (ii) 2009 – 2013 e (iii) 2013 – 2018. Não utilizamos a metodologia de imputação de rendimentos para os domicílios sem rendimentos e sem declaração de rendimentos. Nesse sentido, foi observado um comportamento da variação real da renda ligeiramente diferente do apontado pelo estudo de Jannuzzi e Fonseca (2017), o que pode estar associado a não imputação da renda para os domicílios sem declaração e com declaração de renda igual a zero.

Como mencionado anteriormente, pesquisas de orçamento familiar que provém informações mais detalhadas sobre a renda por abranger toda a estrutura de consumo dos domicílios. As PNADs não captam informações sobre o consumo familiar, fato que pode acarretar diferenças significativas na comparação dos resultados de pesquisas domiciliares e pesquisas de orçamento familiar.

Para fins de comparabilidade os valores nominais de rendimentos dos anos de 2004, 2009 e 2013 foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para o ano de 2018. Utilizamos o pacote *deflateBR* disponível para o software R para executar o procedimento de deflação.

Conforme podemos observar nos dados abaixo (Tabela 3.1, Tabela 3.2, Tabela 3.3 e Tabela 3.4), os domicílios localizados no Nordeste rural despontam como os que possuem menores níveis de rendimento médio domiciliar *per capita* em comparação aos domicílios do Brasil e do Nordeste durante todo o período analisado. Fato este que reforça o caráter regional da desigualdade de renda em nosso país.

Tabela 3.1: Rendimento médio domiciliar *per capita* por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural - 2004

	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORDESTE RURAL</b>
<b>1° QUINTIL</b>	R\$ 116,79	R\$ 71,65	R\$ 53,74
<b>2° QUINTIL</b>	R\$ 270,16	R\$ 158,66	R\$ 114,13
<b>3° QUINTIL</b>	R\$ 460,24	R\$ 254,43	R\$ 173,18
<b>4° QUINTIL</b>	R\$ 790,96	R\$ 425,68	R\$ 266,42
<b>5° QUINTIL</b>	R\$ 2.633,52	R\$ 1.587,35	R\$ 605,18

Fonte: PNAD, IBGE. Os rendimentos estão em valores de setembro de 2018, deflacionados pelo INPC.

Tabela 3.2: Rendimento médio domiciliar *per capita* por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural - 2009

	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORDESTE RURAL</b>
<b>1° QUINTIL</b>	R\$ 167,65	R\$ 102,45	R\$ 65,83
<b>2° QUINTIL</b>	R\$ 393,86	R\$ 238,82	R\$ 159,17
<b>3° QUINTIL</b>	R\$ 652,16	R\$ 384,09	R\$ 255,61
<b>4° QUINTIL</b>	R\$ 1.034,76	R\$ 628,01	R\$ 402,15
<b>5° QUINTIL</b>	R\$ 3.146,84	R\$ 2.041,81	R\$ 895,32

Fonte: PNAD, IBGE. Os rendimentos estão em valores de setembro de 2018, deflacionados pelo INPC

Tabela 3.3: Rendimento médio domiciliar *per capita* por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural - 2013

	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORDESTE RURAL</b>
<b>1° QUINTIL</b>	R\$ 208,87	R\$ 131,01	R\$ 84,03
<b>2° QUINTIL</b>	R\$ 490,44	R\$ 310,90	R\$ 199,62
<b>3° QUINTIL</b>	R\$ 800,08	R\$ 500,81	R\$ 327,81
<b>4° QUINTIL</b>	R\$ 1.242,97	R\$ 793,22	R\$ 523,91
<b>5° QUINTIL</b>	R\$ 3.661,38	R\$ 2.359,81	R\$ 1.187,93

Fonte: PNAD, IBGE. Os rendimentos estão em valores de setembro de 2018, deflacionados pelo INPC.

Tabela 3.4: Rendimento médio domiciliar *per capita* por quintis (em R\$): Brasil, Nordeste e Nordeste Rural - 2018

	<b>BRASIL</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>NORDESTE RURAL</b>
<b>1° QUINTIL</b>	R\$ 197,52	R\$ 108,91	R\$ 62,49
<b>2° QUINTIL</b>	R\$ 498,05	R\$ 298,90	R\$ 174,86
<b>3° QUINTIL</b>	R\$ 839,94	R\$ 507,41	R\$ 308,66
<b>4° QUINTIL</b>	R\$ 1.331,50	R\$ 832,91	R\$ 503,76
<b>5° QUINTIL</b>	R\$ 4.039,80	R\$ 2.406,30	R\$ 1.084,30

Fonte: PNAD, IBGE. Os rendimentos estão em valores de setembro de 2018, deflacionados pelo INPC.

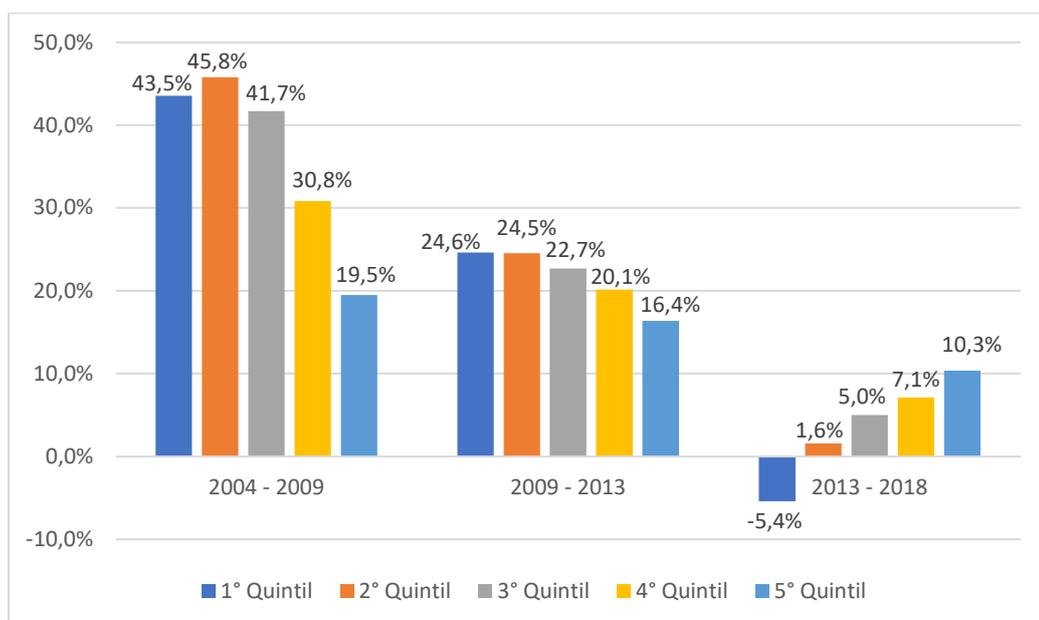
O comportamento da variação real percentual do rendimento médio domiciliar *per capita* dos domicílios do Brasil (Gráfico 3.1) apresentou padrão ligeiramente diferente do observado por Jannuzzi e Fonseca (2017). De acordo com os referidos autores todos os segmentos de renda apresentaram variação positiva no período de 2003 a 2014, entretanto os ganhos foram maiores quanto menores eram os níveis de renda.

Em nossa análise os domicílios brasileiros situados no primeiro quintil da distribuição de renda não apresentaram a maior variação positiva da renda real em nenhum dos períodos analisados. É importante ressaltar que o período de 2013 a 2018 revela variação negativa da renda real somente para os domicílios do primeiro quintil, denotando que durante o referido período o segmento populacional mais afetado com a conjuntura política e econômica brasileira foi o dos mais pobres. Dweck, Silveira e Rossi (2018) comentam que a política fiscal tem papel central na redução das desigualdades, “pois a capacidade e a forma de arrecadar e gastar impacta a distribuição de renda dos países” (DWECK, SILVEIRA e ROSSI, 2018, p. 33).

Para Dweck, Silveira e Rossi (2018) nos anos de 2016 e 2017 houve uma reversão na tendência de redução das desigualdades que vinha ocorrendo nos anos anteriores,

os autores atribuem tal alteração devido a uma forte mudança política evidenciada por medidas de austeridade como o congelamento dos gastos públicos. Nesse sentido, os anos de 2013 a 2018 destacam-se como o período de maior avanço da desigualdade de renda, que pode ser observado pela maior variação positiva da renda real quanto maior é o nível de renda. O período de 2009 a 2013 apresenta o padrão mais uniforme dentre os períodos analisados, com todos os quintis apresentando variação positiva da renda real.

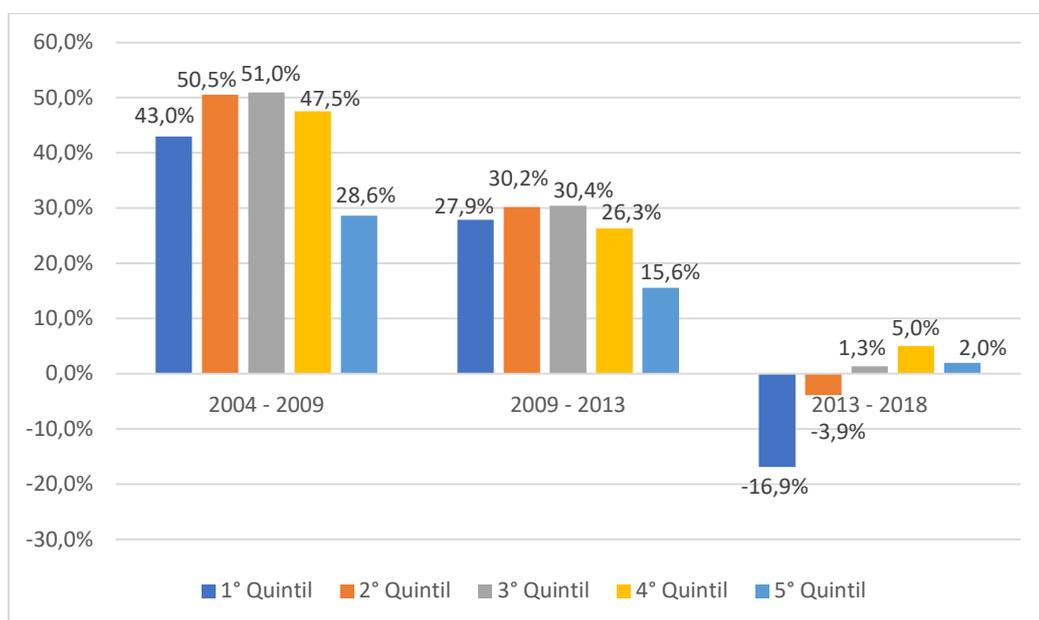
Gráfico 3.1: Variação real do rendimento médio domiciliar *per capita* (em %): Brasil 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 - 2018



Fonte: PNAD, IBGE.

A variação real da renda no Nordeste apresenta comportamento similar ao observado no Brasil, sendo as maiores variações positivas da renda real no período de 2004 a 2009. No entanto, vale ressaltar que os domicílios do primeiro quintil tiveram uma queda mais acentuada de renda nos anos 2013 a 2018, em comparação a queda observada nos domicílios brasileiros.

Gráfico 3.2: Variação real do rendimento médio domiciliar *per capita* (em %): Nordeste  
2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 - 2018



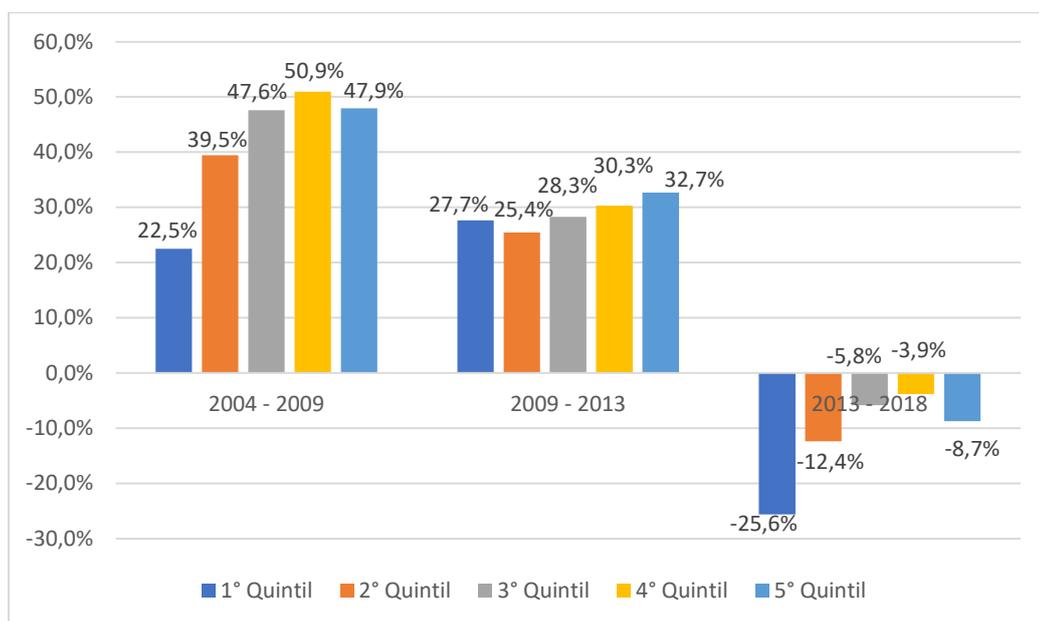
Fonte: PNAD, IBGE.

Novamente as maiores variações positivas da renda real são observadas de 2004 a 2009. Apesar de significativas melhorias nas condições de vida da população do Nordeste rural de 2004 a 2018, somente no período de 2009 a 2013 que os domicílios situados no primeiro quintil de renda não apresentaram o menor valor da variação real da renda em comparação aos domicílios dos demais quintis. Os anos de 2013 a 2018 apresentam queda considerável dos níveis de renda das populações do primeiro e segundo quintil, fato que pode estar associado a outros tipos de privação - inclusive até mesmo a fome visto que estamos tratando dos domicílios mais pobres do Brasil. Infelizmente não temos dados de segurança alimentar do ano de 2018 para analisar essa questão.

Para Mattos (2018), o governo Temer não reconheceu a agricultura familiar como categoria produtiva, mudando concepções nos programas de governo que anteriormente asseguravam mais direitos a essa categoria e esvaziando o orçamento

destinado a políticas públicas voltadas para atender essas famílias. Para o autor tal visão compromete o papel da categoria produtiva como provedora da segurança alimentar dos brasileiros. Tais medidas excludentes contribuíram para acentuar as desigualdades em nosso país e aumentar a condição de pobreza dos pobres rurais.

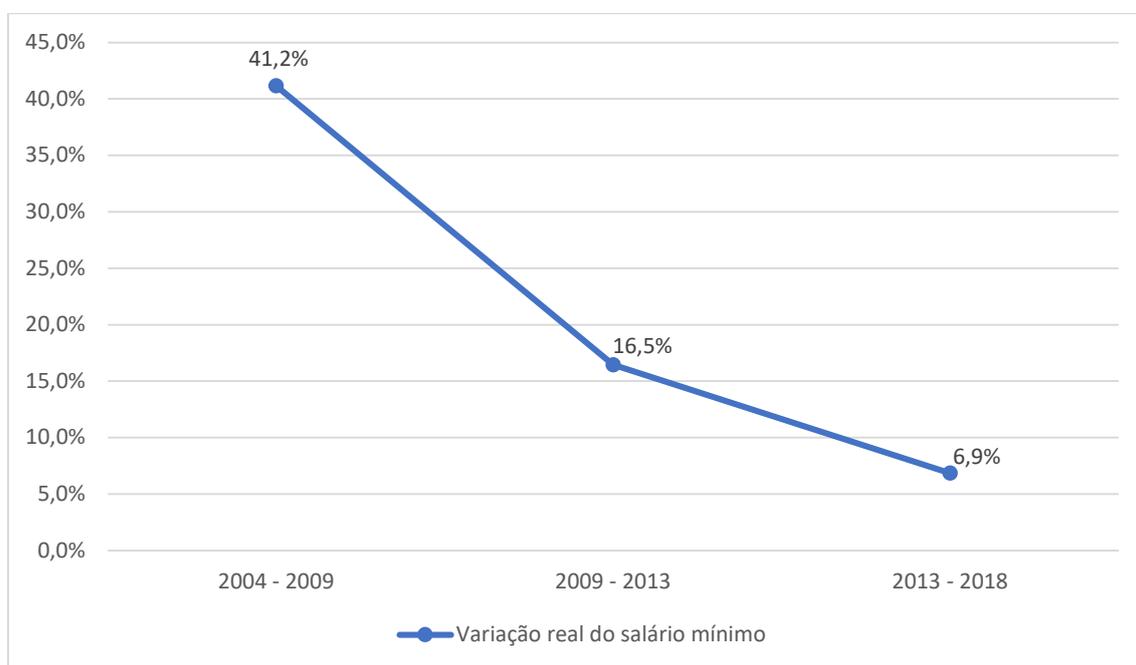
Gráfico 3.3: Variação real do rendimento médio domiciliar *per capita* (em %): Nordeste Rural 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 - 2018



Fonte: PNAD, IBGE.

Ao analisarmos o comportamento da variação real do salário mínimo (Gráfico 3.4) percebemos que o período de 2013 a 2018 é marcado pela menor variação real em comparação aos demais períodos. Para Jannuzzi e Fonseca (2017) a política de valorização real do salário mínimo constitui um dos determinantes da redução da pobreza de 2004 a 2013. Os altos níveis de desemprego verificados de 2013 a 2018 relacionados com a baixa valorização real do salário mínimo no período aparecem associados a variação real negativa da renda dos brasileiros mais pobres.

Gráfico 3.4: Variação real do salário mínimo (em %): Brasil 2004 - 2009, 2009 - 2013 e 2013 - 2018



Valores deflacionados pelo INPC para janeiro de 2018.

### 3.2 – Acesso à água

Ruediger *et al.* (2018) produziram uma importante contribuição acerca da avaliação do APT. Optamos por apresentar os dados elaborados na referida obra, visto que em nossa manipulação dos microdados da PNAD a variável de acesso à água apresentou resultados divergentes das estatísticas oficiais.

Tendo em vista que o APT teve como foco a região do semiárido, a análise desse indicador será apresentado para Nordeste rural e domicílios situados no primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* do Nordeste rural. Serão apresentados os dados da PNAD 2004 e PNAD-C 2017.

Houve uma melhoria na captação da variável de acesso à água na PNAD-C, a antiga categoria “poço ou nascente” foi desmembrada em quatro novas categorias

(Tabela 3.5) de modo caracterizar com mais precisão a realidade infra estrutural da população brasileira. Verificamos um expressivo aumento da categoria “rede geral de distribuição” e queda acentuada do abastecimento por “outra procedência” no ano de 2017, em comparação ao ano de 2004. Vale destacar que a “água da chuva armazenada” representou uma importante estratégia de acesso ao recurso nas áreas de escassez hídrica no Nordeste rural no ano de 2017.

Como mencionado anteriormente, o indicador de acesso à água não mede o consumo efetivo e nem a qualidade da mesma, não sendo indicado para outros tipos de análise. O que avaliamos aqui é o acesso infra estrutural ao recurso hídrico. Em 2017 (Tabela 3.5) não há grandes diferenças significativas entre as estatísticas dos domicílios do Nordeste Rural e dos domicílios do primeiro quintil de renda do Nordeste Rural. Em 2017 cerca de 10% dos domicílios do Nordeste Rural captavam água da chuva para seu abastecimento.

Tabela 3.5: Forma de abastecimento de água dos domicílios (em %): Nordeste rural 2004 – 2017

Forma de abastecimento	PNAD 2004		Forma de abastecimento	PNAD Contínua 2017	
	Nordeste Rural	20% mais pobres		Nordeste Rural	20% mais pobres
Rede geral de distribuição	26,5%	22,5%	Rede geral de distribuição	42,8%	37,8%
Poço ou nascente	42,4%	39,3%	Poço profundo ou artesiano	20,4%	19,5%
			Poço raso, freático ou cacimba	10,9%	12,4%
			Fonte ou nascente	4,3%	4,2%
-	-	-	Água da chuva armazenada	9,4%	11,2%
Outra procedência	31,1%	38,2%	Outra procedência	12,2%	14,9%

Fonte: PNAD e PNAD-C *apud* Ruediger *et al.* (2018).

### 3.3 – Tipo de combustível utilizado no fogão

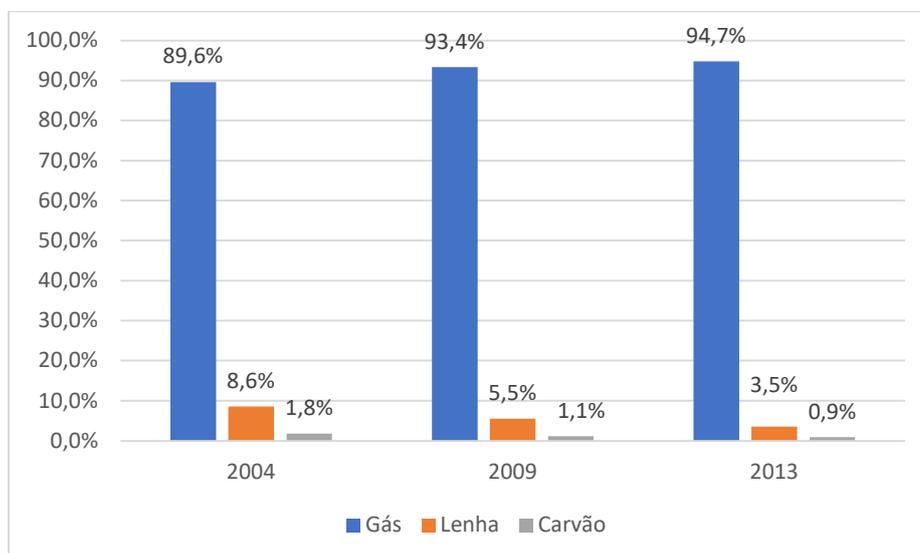
O indicador do tipo de combustível utilizado no fogão mede o consumo das famílias, já que o gás é um recurso adquirido via compra no mercado. Como mencionamos anteriormente, partimos da premissa de que a não utilização do gás para cozinhar não ocorre por uma escolha, ao contrário, se dá pela falta de escolha dos indivíduos com renda insuficiente para a compra de tal recurso energético.

De acordo com Pires e Silva Jardim (2014), o PBF foi preponderante para a expansão do consumo e inserção de famílias que até então não estavam inseridas no mercado. Os autores sugerem a expressão “geração bolsa família” para caracterizar tais famílias, ainda para Pires e Silva Jardim (2014) o principal gasto dessas famílias tende a ser com a alimentação das crianças. Acreditamos que a expansão do consumo e a variação positiva da renda estão associados ao aumento do consumo do gás de cozinha, representando assim uma melhoria na condição de vida das famílias que até então não tinham renda suficiente para o consumo do gás.

Devido a forma que essa variável passou a ser captada na PNAD-C não é mais possível analisar a série histórica desse indicador. Optamos por unir as categorias “gás de botijão” e “gás encanado”, uma vez que essas expressam a capacidade de consumo do gás satisfeita. Sendo nosso objetivo a análise da evolução da pobreza o que nos interessa é identificar se o consumo de combustível se dá via compra de gás ou outras formas. Excluimos as categorias “energia elétrica” e “outro combustível” devido a sua insignificância estatística – taxas menores que 0,05%.

A evolução do indicador tipo de combustível utilizado no fogão está intimamente associada ao aumento do poder de consumo das famílias. Verificamos a partir do Gráfico 3.5 que a variação deste indicador foi bem sutil a nível do Brasil, não apresentando um comportamento de grande mudança.

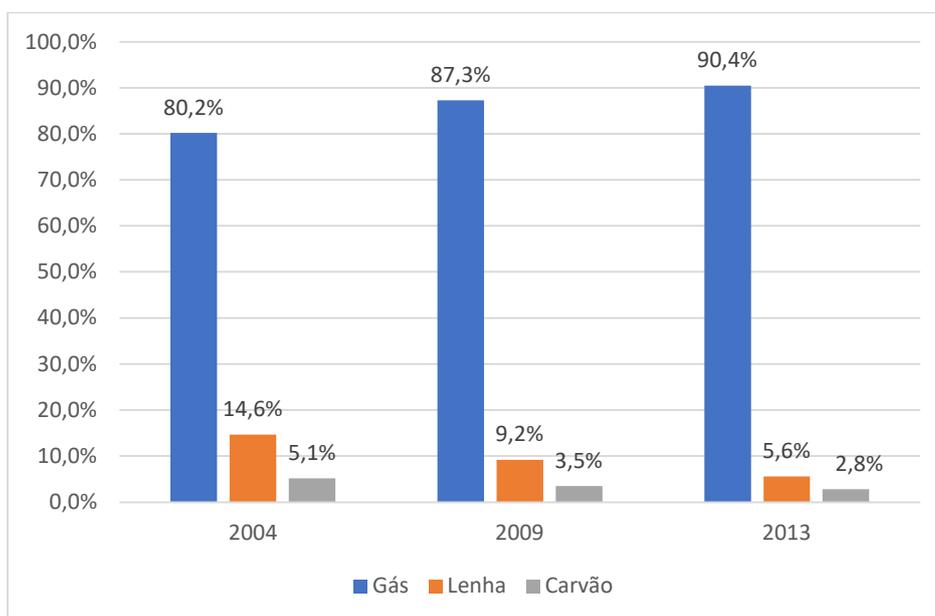
Gráfico 3.5: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): Brasil 2004 - 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

Quando olhamos para a região Nordeste (Gráfico 3.6) identificamos uma alteração mais significativa no padrão de uso de combustível. Há uma diminuição maior do uso da lenha e carvão e consequente aumento do uso do gás. Tal resultado aparece associado a variação positiva da renda real dos mais pobres no referido período.

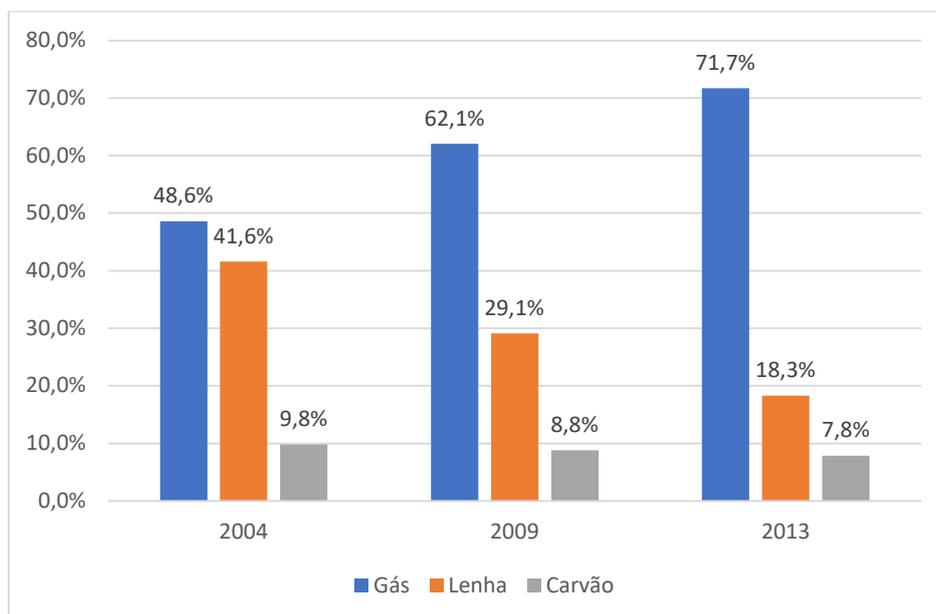
Gráfico 3.6: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): Nordeste 2004 - 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

Como era de se esperar, as maiores variações para o indicador de tipo de combustível utilizado ocorreram no Nordeste rural (Gráfico 3.7) e nos domicílios situados no primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* do Nordeste rural (Gráfico 3.8). Tal indicador está associado a variação positiva de renda das famílias, nota-se que o aumento de renda dos mais pobres possibilita o consumo de itens que até então estavam inacessíveis pela insuficiência monetária de tais grupos populacionais.

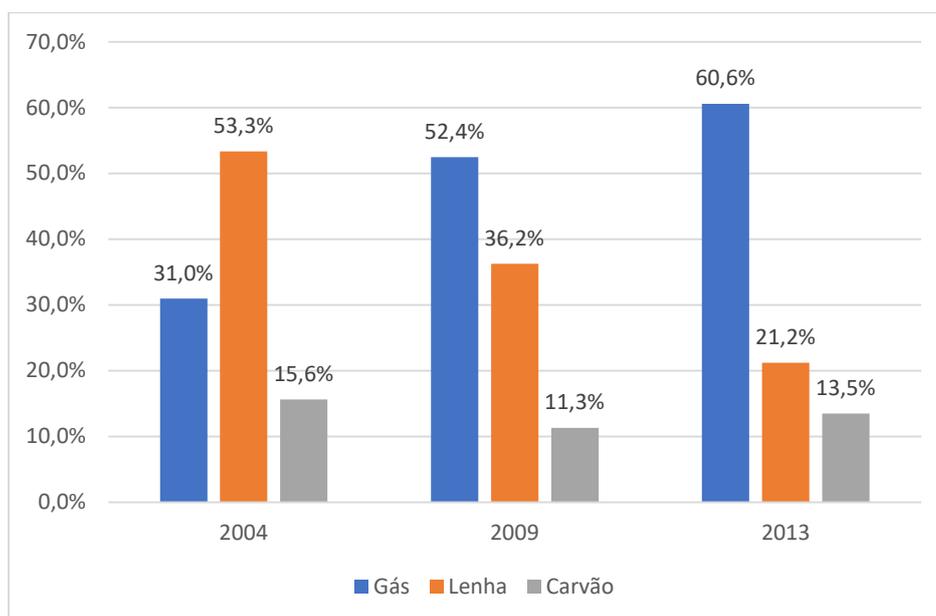
Gráfico 3.7: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): Nordeste rural 2004 - 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

O aumento da renda propicia significativas alterações nas condições de vida das famílias. De 2004 para 2009 mais de 20% dos domicílios situados no primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* do Nordeste rural passaram a utilizar o gás como principal combustível na preparação dos alimentos.

Gráfico 3.8: Tipo de combustível ou energia utilizado no fogão com maior frequência (em %): 20% dos domicílios mais pobres do Nordeste Rural 2004 - 2013



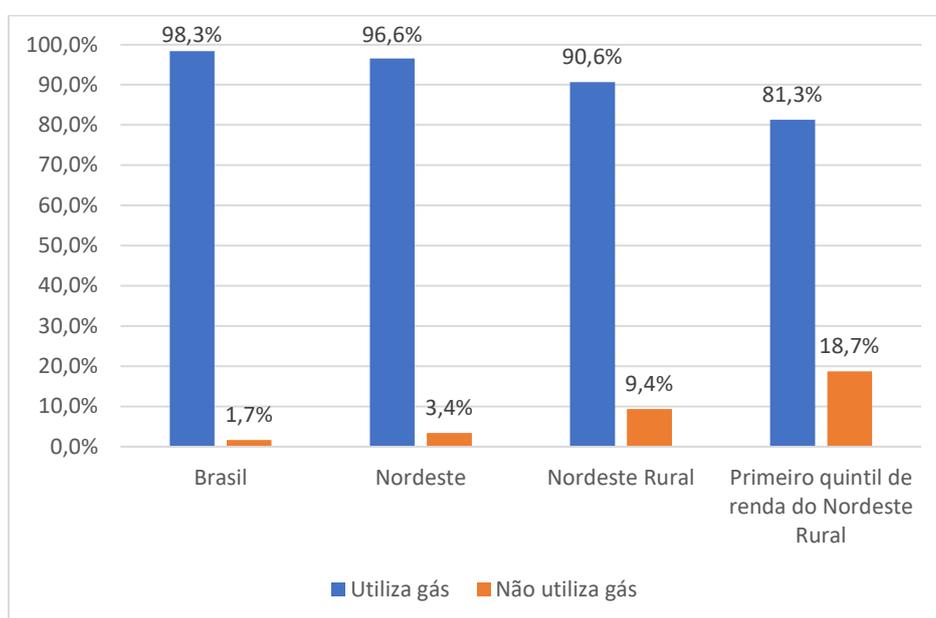
Fonte: PNAD, IBGE.

O indicador do tipo de combustível utilizado no fogão sofreu uma interrupção de sua série história devido a forma que o mesmo passou a ser captado na PNAD-C. É preciso ressaltar que no ano de 2018 quase 70% dos domicílios do Nordeste rural declararam utilizar lenha ou carvão na preparação dos alimentos, nos domicílios mais pobres do Nordeste rural esse valor foi de aproximadamente 80% (Gráfico 3.10). Cerca de 9% declararam dos domicílios do Nordeste declararam não utilizar gás, quando olhamos para os domicílios mais pobres esse valor dobra, temos cerca de 19% que

declararam não utilizar gás. Tal indicador está associado a variação negativa da renda real dos mais pobres no período de 2013 a 2018.

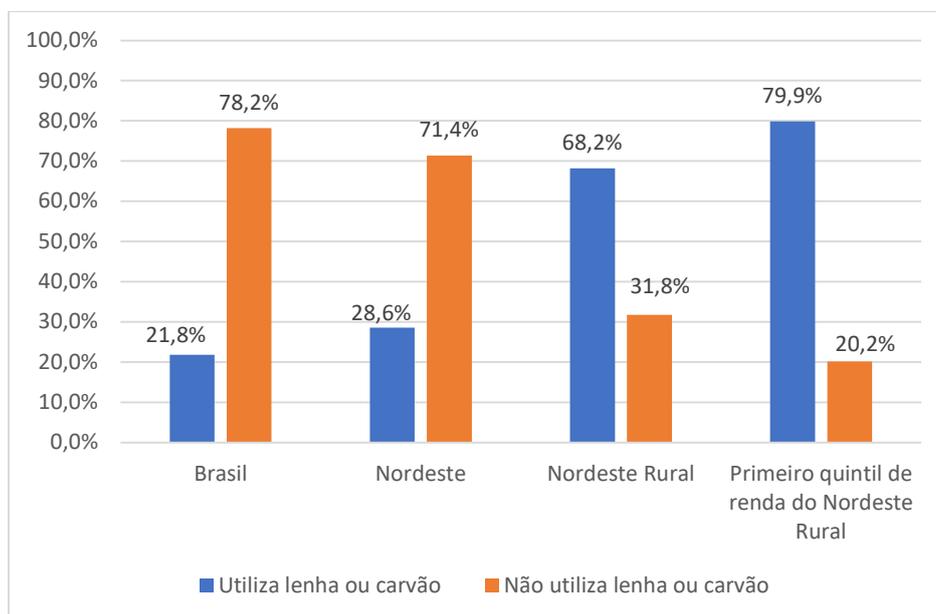
De acordo com os dados da PNAD-C, no ano de 2018 a população do Nordeste rural correspondia a aproximadamente 14,5 milhões de habitantes, totalizando cerca de 25% do contingente populacional do Nordeste.

Gráfico 3.9: Domicílio por tipo de condição de uso do gás na preparação de alimentos no ano de 2018 (em %)



Fonte: PNAD-C, IBGE.

Gráfico 3.10 - Domicílios por tipo de condição de uso de lenha ou carvão na preparação de alimentos no ano de 2018 (em %)



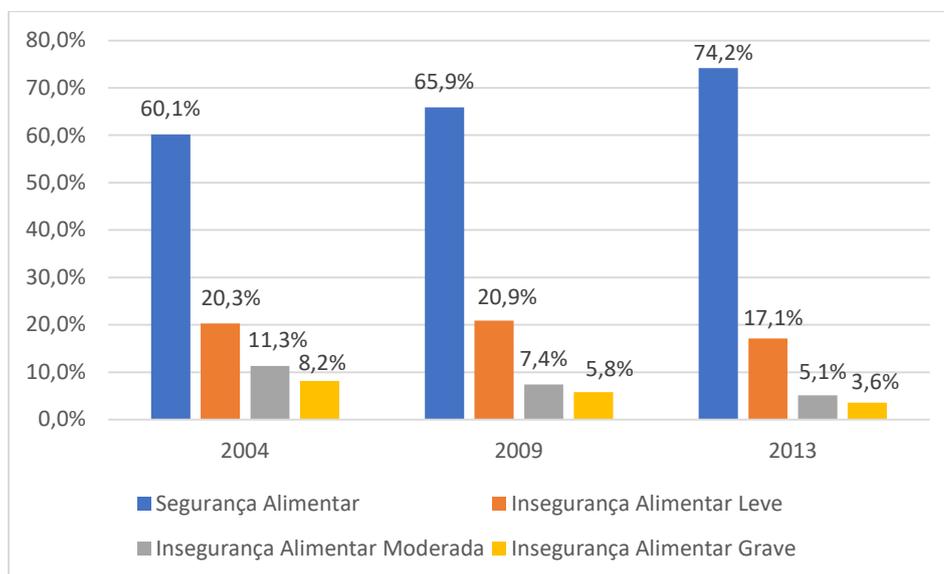
Fonte: PNAD-C, IBGE.

### 3.4 – Segurança alimentar

Conforme mencionado anteriormente, as políticas públicas desenvolvidas nos governos Lula e Dilma tornaram a experiência brasileira referência mundial na redução da pobreza. Tal projeto mostrou ser possível erradicar a fome e a miséria, assim como superar a pobreza – especialmente na área rural -, colocando-as como questões principais em um plano democrático de desenvolvimento nacional assentado em uma ampla rede de proteção social e políticas direcionadas para os grupos mais vulneráveis (BOJANIC, 2016). É preciso ressaltar que a diminuição da insegurança alimentar observada no país de 2004 a 2013 (Gráfico 3.11) ocorreu concomitantemente ao avanço do agronegócio monocultor e exportador. O aumento da renda real observada em todos os segmentos de renda de 2004 a 2013 está associado a diminuição da insegurança alimentar.

Gráfico 3.11: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): Brasil 2004

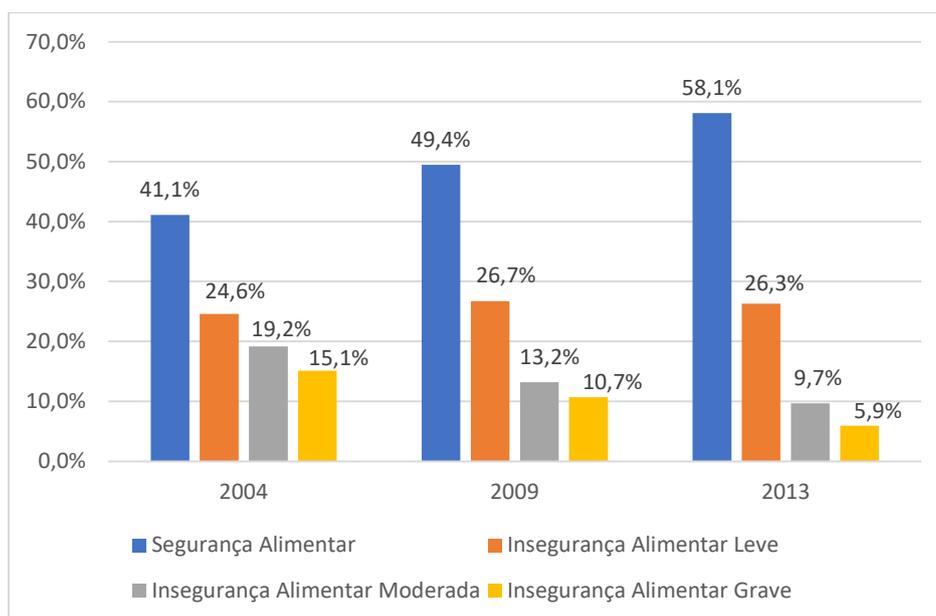
- 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

Apesar da insegurança alimentar ter diminuído em todas as regiões do Brasil segundo os dados da PNAD, a região Nordeste (Gráfico 3.12) ainda apresentava em 2013 as menores taxas de prevalência de segurança alimentar no país. Entretanto há de se reconhecer os avanços na diminuição da fome na região no período analisado.

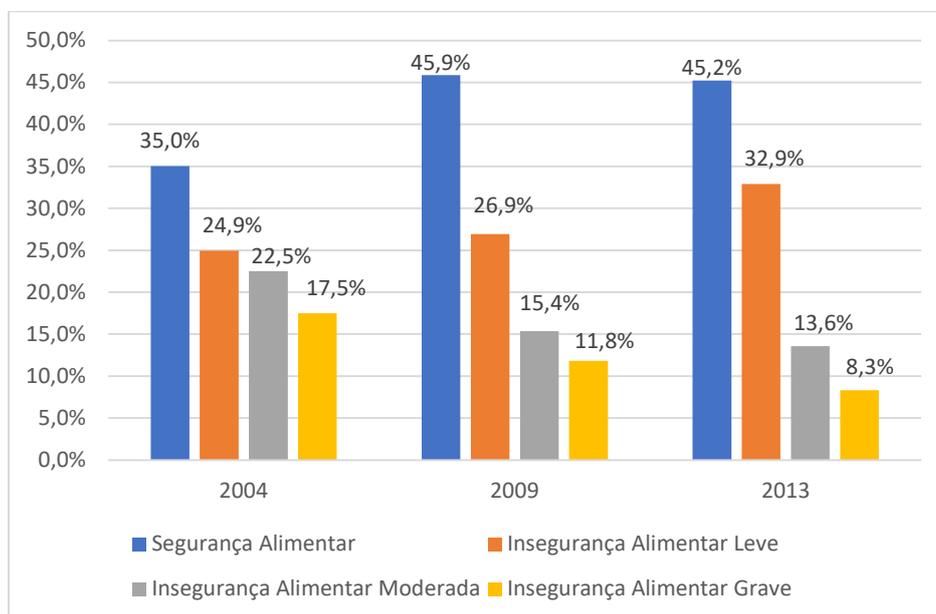
Gráfico 3.12: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): Nordeste 2004 - 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

No Nordeste rural (Gráfico 3.13) as maiores quedas de 2004 a 2009 foram registradas para as categorias insegurança alimentar moderada e grave, o nível de insegurança alimentar leve permaneceu estável. Em 2013 o nível de insegurança alimentar grave dos domicílios do Nordeste rural apresentou redução de cerca de metade do valor que apresentava em 2004, também observou-se queda expressiva da categoria insegurança alimentar moderada.

Gráfico 3.13: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): Nordeste rural 2004 - 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

A queda mais expressiva da insegurança alimentar grave foi identificada nos domicílios situados no primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* do Nordeste rural (Gráfico 3.14). Apesar de ter ocorrido significativas alterações no padrão de segurança alimentar dos referidos domicílios no período analisado, tal grupo possui níveis altos de insegurança alimentar quando comparados com os níveis do Brasil, Nordeste e Nordeste rural. O nível de segurança alimentar dos domicílios mais pobres do Nordeste Rural praticamente triplicou no período analisado, passando de cerca 12% em 2004 para quase 30% em 2013. Entretanto, em 2013 verificamos 34,2% dos domicílios mais pobres do Nordeste rural em situação de insegurança alimentar leve, fato que denota preocupação da população em não ter dinheiro para realizar sua alimentação.

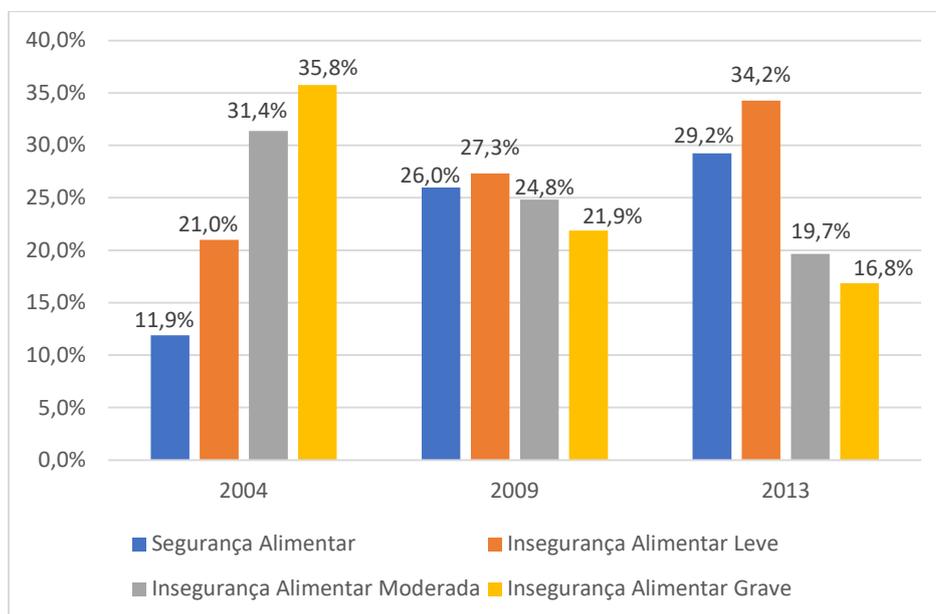
De acordo com Mello (2018), a situação produtiva dos mais pobres rurais aponta para um quadro de produção insuficiente e em situação de segurança alimentar causadas pela ausência de infraestrutura necessária, a produção desse segmento

populacional seria caracterizada pela baixa produtividade e dificuldades na comercialização do excedente. Políticas públicas de acesso a serviços e inclusão produtiva são fundamentais para transformar a realidade dessa população (MELLO, 2018).

A significativa melhora da situação de segurança alimentar dos mais pobres do Nordeste rural de 2004 a 2013 (Gráfico 3.14) está associada ao investimento das políticas públicas do eixo de inclusão produtiva do BSM. De 2011 a 2014 foram investidos R\$ 10 bilhões na produção dos agricultores familiares mais pobres (MELLO, 2018).

O governo federal alegou, ainda, que a combinação de assistência técnica, insumos, recursos de fomento, crédito, apoio a comercialização, acesso à água e energia elétrica teria sido fundamental para que as famílias do Semiárido atravessassem com mais segurança um dos períodos mais prolongados de seca da história da região. Ações como o Garantia Safra e o Bolsa Estiagem, entre outras implementadas pelo governo federal, teriam sido essenciais para disponibilizar o apoio necessário aos produtores do Semiárido, contribuindo para o enfrentamento do período de estiagem e evitando movimentos migratórios, como os observados em secas anteriores (MELLO, 2018, p. 111).

Gráfico 3.14: Domicílios por tipo de situação de segurança alimentar (em %): 20% dos domicílios mais pobres do Nordeste Rural 2004 – 2013



Fonte: PNAD, IBGE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assuntos, fatos e dados acerca do Estado: esta é a etimologia da palavra estatística. A compreensão semântica do termo em questão é reveladora do uso que as informações estatísticas tiveram ao longo dos séculos. As estatísticas oficiais foram fundamentais para a consolidação do Estado Moderno, quando reelaboradas sob a forma de indicadores cumprem funções mais nobres e seguramente mais complexas para o Estado Contemporâneo (JANNUZZI, 2017).

Curiosamente a instituição da Geografia enquanto ciência moderna também surge com a finalidade de produzir conhecimento voltado para atender as demandas do Estado Moderno recém surgido na Europa do século XIX. O colonialismo europeu do século XIX esteve ancorado na produção de uma geografia descritiva das paisagens do continente africano, a primeira etapa do domínio colonial consistia no envio de geógrafos para desbravar aquele espaço geográfico, até então desconhecido para eles. Apenas para citar dois exemplos de geógrafos a serviço do colonialismo, tivemos na França Paul Vidal de La Blache e na Alemanha Friedrich Ratzel.

Instituído pelo presidente Getúlio Vargas, o IBGE surge no Brasil na década de 1930 integrando a produção de informações estatísticas e geográficas em um só órgão. Tem como missão institucional retratar o país com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. O IBGE produz informações regulares sobre os mais variados aspectos da realidade brasileira, servindo de insumo para o desenho e implementação de políticas públicas. Vale ressaltar que as investigações da PNAD “sobre segurança alimentar e acesso a programas sociais foram decisivas para a legitimação e aprimoramento da estratégia de combate à fome e a pobreza dos anos 2000 a 2015” (JANNUZZI, 2017, p. 55)

É imprescindível que sejam pensadas políticas públicas que levem em conta as especificidades da pobreza rural, sobretudo do Nordeste brasileiro, que configura até hoje o núcleo duro da pobreza. A diminuição da cobertura de políticas públicas sociais

que deve ser motivo de preocupação para uma sociedade que almeja ser minimamente mais igualitária. Olhamos com certo receio a atual conjuntura política de retirada de direitos historicamente conquistados. As recentes declarações do presidente da república não trazem esperanças de melhorias no âmbito social. Em apenas mais um episódio polêmico de tantos outros que persiste em participar, nosso chefe de estado disse que não existe fome no Brasil<sup>7</sup>. Tal profundo desconhecimento da realidade brasileira é sintomático e bastante revelador do projeto de nação que se pretende realizar para os próximos anos.

A partir da análise dos indicadores e centrado em uma perspectiva multidimensional da pobreza, não é possível falar em aumento da mesma durante o período estudado. Embora a população mais pobre do Nordeste rural tenha apresentado variação negativa da renda real de 2013 a 2018 houve melhorias no acesso à água de 2004 a 2017 e também no indicador de segurança alimentar de 2004 a 2013. O tipo de combustível utilizado no fogão teve sua comparabilidade comprometida devido a interrupção de sua série histórica, entretanto de 2004 a 2013 houve aumento da utilização do gás entre a população mais pobre do Nordeste rural. Também não é possível afirmar a partir de que ano os mais pobres do Nordeste rural tiveram diminuição de sua renda real, apenas podemos dizer com base nos dados apresentados que de 2013 a 2018 a renda dos mais pobres do Nordeste rural foi severamente impactada.

Os riscos as diversas dimensões do estado de bem-estar e do estado democrático de direito são iminentes, a conjuntura econômica e a agenda política vigente no país trazem perspectivas nada animadoras para a população, sobretudo para os mais pobres. A diminuição da renda dos mais pobres denota um retrocesso nos avanços sociais, conquistados principalmente nas últimas duas décadas. Nesse sentido, estamos diante

---

<sup>7</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/passar-fome-no-brasil-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro-23818496>  
Acessado em 12/09/2019.

de um momento em que estudos sobre a pobreza são extremamente relevantes para traçar a evolução do quadro social brasileiro.

De acordo com Mello (2018), os recursos das ações do BSM destinadas ao meio rural caíram significativamente nos últimos anos. Ainda segundo a autora, o aprofundamento da crise política que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff interrompeu a continuidade de diversas políticas públicas. Em 2015 os recursos do BSM voltados para atender o meio rural tinham dotação inicial de R\$ 2,6 bilhões, já em 2018 o valor foi reduzido para R\$ 470 milhões (MELLO, 2018). Fato este que ocorre em associação a diminuição da renda real verificada para a população mais pobre do Nordeste rural de 2013 a 2018.

As medidas de austeridade econômica iniciadas no Governo Temer contribuíram para acentuar as desigualdades em nosso país. Segundo Rossi, Dweck e Arantes (2018) é comum na retórica da austeridade a comparação do gasto público com o orçamento doméstico. Porém tal analogia é equivocada porque diferente de uma família o governo tem a capacidade definir seu orçamento, podendo arrecadar mais caso aumente a tributação em certas áreas. Tal comparação também desconsidera que parte da renda gasta pelo governo retorna sob a forma de impostos, nesse sentido o gasto público promove a ocupação e gera crescimento. E por fim, diferente das famílias, o governo tem capacidade de emitir sua própria moeda e de definir a taxa de juros de suas dívidas.

Nesse sentido, acreditamos que o gasto público é um investimento para a população e uma alternativa para o combate a pobreza. O período de 2004 a 2013 é marcado por uma variação positiva da renda real das famílias, associado a isto tivemos significativa expansão da cobertura de políticas públicas voltadas para atender a população mais vulnerável. É necessário que sejam desenhadas políticas públicas visando retirar essa parcela considerável da população que teve queda real na renda de 2013 a 2018.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J.E.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

BOJANIC, A.J. (Coord.). **Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Brasília, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.

BÜHLER, Ê. A.; OLIVEIRA, V. L. de. Técnica e Natureza no Desenvolvimento do “Agronegócio”. **Caderno CRH (Online)**, v. 29, p. 261-280, 2016.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Brasiliense, 1969 (1957).

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília, 2010.

CUNHA, J. M. P. da. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva (Impresso)**, São Paulo, v. 17, nº 3 - 4, p. 218-233, 2003.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. O uso das PNADs para as áreas rurais. **Texto para discussão nº 874, IPEA**, Rio de Janeiro, 2002.

DWECK, E.; SILVEIRA, F. G.; ROSSI, P. Austeridade e desigualdade social no Brasil. In: ROSSI, P.; DWECK, E; OLIVEIRA, A., L. M. (Org.). **Economia para poucos: Impactos da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. **Cadernos de Estudos - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**, v. 15, Brasília, 2013.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio **“Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”**. Bauru: UNESP, 2005.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 (1970).  
IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / Segurança alimentar 2004. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / Segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Notas técnicas. Rio de Janeiro, 2014.

JANNUZZI, P. M.; FONSECA, J.C.G. Pobreza monetária e multidimensional no Brasil: estimativas aprimoradas para análise do papel das políticas sociais de 1992 a 2014. **Ciências do Trabalho**, v. 7, p. 1-20, 2017.

JANNUZZI, P.M.; MARTIGNONI, E. M.; SOUTO, B. F. O Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v.4, p. 40-61. 2012.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alinea, 2017.

KEPPLE, A.W. (Coord.). **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional - relatório 2014**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, Brasília, 2014.

LAHSEN, M.; BUSTAMANTE, M. M. C.; DALLA-NORA, E. L. Undervaluing and Overexploiting the Brazilian Cerrado at Our Peril. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 58, p. 4-15, 2016.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA et. al (orgs.) **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, p. 17-34, 2013.

MATTOS, L. M. Desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. In: ROSSI, P.; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (Org.). **Economia para poucos: Impactos da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. In: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, pp. 36-54, 1982.

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

PINTO, A. R.; MELO, L. M. C.; SARDINHA, L. M. V. Pobreza e (In)segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise a partir das PNAD 2004, 2009 E 2013. **Cadernos de Estudos - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**, v. 25, p. 56-85, Brasília, 2016.

PIRES, F. F.; SILVA JARDIM, G. A. Escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 29, n° 85, p. 99–112, 2014.

ROCHA, S.A investigação do rendimento na PNAD— comentário e sugestões à pesquisa nos anos 2000. **Texto para discussão nº 889, IPEA**, Rio de Janeiro, 2002.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. In: **Boletim de políticas sociais, IPEA, n. 12**, p. 199-210, 2006.

ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, P.; DWECK, E; OLIVEIRA, A. L. M. (Org.). **Economia para poucos: Impactos da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

RUEDIGER, M. A. (Coord.). **Análise da efetividade do Água Para Todos: avaliação de mérito quanto à eficácia, à eficiência e à sustentabilidade.** Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5a ed. São Paulo: Edusp, 2009 (1993).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

## ANEXO A – CÓDIGO R PARA LEITURA DA PNAD

**# Instala o *package lodown* e carrega o mesmo:**

```
install.packages('lodown')
```

```
library(lodown)
```

**# Examina os microdados disponíveis da PNAD:**

```
lodown( "pnad" , output_dir = file.path( path.expand( "~" ) , "PNAD" ) )
```

**# Seleciona o ano da PNAD a ser trabalhada (exemplo com o ano de 2004):**

```
pnad_cat <- subset( pnad_cat , year == 2004 )
```

**# Download dos microdados para o computador:**

```
pnad_cat <- lodown( "pnad" , pnad_cat )
```

**# Instala o *package survey* e carrega o mesmo:**

```
install.packages('survey')
```

```
library(survey)
```

**# Incorpora o plano amostral dos microdados:**

```
options( survey.lonely.psu = "adjust" )
```

```
pnad_df <- readRDS( pnad_cat[ 1 , 'output_filename' ] )
```

```
pop_types <- data.frame( v4609 = unique( pnad_df$v4609 ) , Freq = unique(
pnad_df$v4609 ))
```

```
prestratified_design <- svydesign(id = ~ v4618 , strata = ~ v4617 , data = pnad_df , weights
= ~ pre_wgt , nest = TRUE)
```

```
rm( pnad_df ) ; gc()
```

```
pnad_design <- postStratify( design = prestratified_design , strata = ~ v4609 , population
= pop_types)
```

```
rm( prestratified_design ) ; gc()
```

**# Estimar frequência relativa de uma variável categórica (exemplo com a variável sexo – v0302):**

```
pop_sexo <- svymean(~v0302, pnad_design, na.rm = T)
```

**# Estimar média de uma variável numérica (exemplo com a variável rendimento domiciliar per capita – v4621)**

```
renda_media <- svymean(~v4621, pnad_design, na.rm=T)
```

**# Estimar quintis de uma variável numérica (exemplo com a variável rendimento domiciliar per capita – v4621)**

```
quintis <- (0.2, 0.4, 0.6, 0.8, 1)
```

```
quintil_renda <- svyquantile(~v4621, pnad_design, quintis, na.rm = T, ci = TRUE)
```

## ANEXO B – CÓDIGO R PARA LEITURA DA PNAD-C

**# Instala o *package* PNADcIBGE e carrega o mesmo:**

```
install.packages('PNADcIBGE')  
library(PNADcIBGE)
```

**# Importa os microdados de determinado ano e entrevista desejada (exemplo com ano de 2018 entrevista 1) e incorpora o plano amostral:**

```
dadosPNADc_anual <- get_pnadc(year = 2018, interview = 1)
```

## ANEXO C – ERRO PADRÃO DAS ESTIMATIVAS

Tabela A.1: Erro padrão das estimativas (em %): Brasil, Nordeste, Nordeste rural e Domicílios do primeiro quintil de renda do Nordeste rural de 2004 a 2018.

	2004	2009	2013	2018
<b>BRASIL</b>	0,07	0,07	0,07	0,08
<b>NORDESTE</b>	0,13	0,13	0,13	0,13
<b>NORDESTE RURAL</b>	0,25	0,21	0,23	0,21
<b>DOMICÍLIOS DO 1º QUINTIL DE RENDA DO NORDESTE RURAL</b>	0,57	0,31	0,59	0,42